

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

LEONEL LUIZ PEREIRA

**A TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO
MUNICÍPIO DE IMARUÍ-SC E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO
NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coorientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto

**CRICIÚMA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P436t Pereira, Leonel Luiz.

A trajetória socioeconômica e política do município de Imaruí-SC e o processo de migração nas últimas décadas / Leonel Luiz Pereira ; orientador: Dimas de Oliveira Estevam, coorientador: João Henrique Zanelatto. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

118 p : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, SC, 2016.

1. Desenvolvimento econômico – Imaruí (SC). 2. Imaruí (SC) – Aspectos econômicos. 3. Política econômica – Imaruí (SC). 4. Indicadores sociais – Imaruí (SC). 5. Migração – Imaruí (SC). I. Título.

CDD. 22ª ed. 330.9864

Bibliotecária Rosângela Westrupp – CRB 14º/364

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

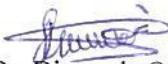
LEONEL LUIZ PEREIRA

**A TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO
MUNICÍPIO DE IMARUÍ – SC E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO
NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

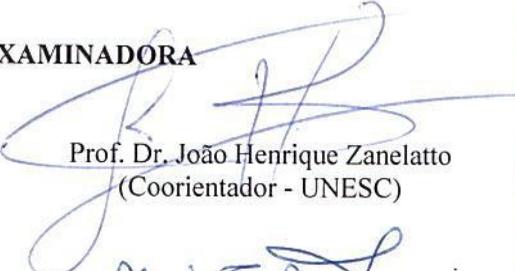
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 30 de junho de 2016.

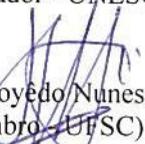
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Dimas de Oliveira
Estevam
(Orientador - UNESC)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Coorientador - UNESC)



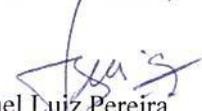
Prof. Dr. Hoyedo Nunes Lins
(Membro - UFSC)



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Miguelangelo Gianezi
(Membro Suplente - UNESC)



Leonel Luiz Pereira
Mestrando



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Coordenador do PPGDS-UNESC

Dedico este trabalho a minha
esposa Raquel, e aos meus filhos:
Leonardo e Letícia.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa e filhos, pela compreensão de meus momentos de ausência.

Ao meu orientador, o professor Dr. Dimas de Oliveira Estevam e ao coorientador, o professor Dr. João Henrique Zanelatto, pelo seu incentivo e compromisso com a pesquisa.

Aos funcionários da Epagri de Imaruí, pelos esclarecimentos e informações disponibilizadas, que complementaram algumas informações da pesquisa.

Aos Senhores Reney Dorow e Sérgio Winckler da Costa, funcionários da Epagri de Florianópolis, pela disponibilização de materiais de pesquisa.

Ao Lucas e ao Andriago, funcionários do Instituto Ipese/Unesc, pela contribuição no levantamento de dados.

Aos entrevistados(as), que entenderam a importância da pesquisa, contribuindo com seus conhecimentos acerca de alguns aspectos sobre a trajetória do município.

À Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), nas pessoas de seus coordenadores, seus docentes e funcionária.

A amiga e conselheira Carolina Biz, pelas suas ricas contribuições ao longo da pesquisa.

Aos colegas de mestrado pelo companheirismo e acolhimento durante a caminhada.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Amartya Sen

RESUMO

O estudo teve como propósito investigar a trajetória socioeconômica do município de Imaruí, situado no sul de Santa Catarina. Colonizado a partir do ano de 1833, conquistou sua emancipação político-administrativa no ano de 1890. A influência política e administrativa esteve fortemente ligada à família Bittencourt por aproximadamente 70 anos, iniciando em 1891, quando Jerônimo Luiz de Bittencourt tornou-se intendente. A economia do município está vinculada à agropecuária e à pesca. Para compreender a trajetória foram apresentadas as discussões teóricas que diferenciam crescimento e desenvolvimento e as que discutem os aspectos do desenvolvimento rural. O objetivo geral do estudo consiste em descrever a trajetória socioeconômica e política do município e o processo de migração nas últimas décadas. A metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto caracteriza-se como exploratória, descritiva, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de estudo bibliográfico e levantamentos estatísticos disponíveis em alguns bancos de dados como: IBGE, Amurel, Atlas do Desenvolvimento Humano, e, adotou-se o método histórico como procedimento, pois se trata de descrever o passado, compreender o presente e refletir o futuro. Desta forma, foi possível conhecer a história e origem da formação do município, em seus aspectos, econômicos, sociais e políticos, para entender a dinâmica atual, possibilitando discussões sobre alternativas para seu futuro para tal foi aplicada a técnica de entrevista semiestruturada. Os resultados da pesquisa apontaram: o domínio político, o desentusiasmo pela agricultura, os problemas ambientais e a captura descontrolada da pesca, como fatores relevantes que influenciaram na trajetória socioeconômica do município. Associado a estes está o desinteresse pela organização político-social. Contudo, o município ainda apresenta fatores sociais positivos, como a melhora dos indicadores de longevidade, mortalidade e alfabetização, apesar de constar como pior IDHM da região da AMUREL.

Palavras-chave: Crescimento e Desenvolvimento econômico. Atividades rurais e pesqueiras. Decadência. Migração populacional.

ABSTRACT

The study aimed to investigate the socio-economic trajectory of the municipality of Imaruí, located in the south of Santa Catarina which was settled in the year 1833 and it obtained its political and administrative emancipation in the year of 1890. The political and administrative influence was strongly linked to the Bittencourt family for about 70 years that started in 1891, when Jerome Luiz de Bittencurt became the land agent. The city's economy is related to agriculture and fishing. To understand the history, theoretical discussions that differentiate growth from development were presented and aspects of rural development were discussed. The overall objective of the study is to describe the socio-economic and politics course of the county and the migration process in recent decades. The methodology used to achieve the proposed objective is characterized as exploratory, descriptive, qualitative, also it was developed by bibliographic research and with statistics available in some databases such as IBGE, Amurel, Atlas of Human Development. It was adopted the historical method, as it attempted to describe the past, understand the present and reflect on the future. Thus, it was possible to know the history and origin of the municipal formation, in its economic, social and political aspects, and also in order to understand the current dynamics, enabling discussions on alternatives for its future, it was applied a semi-structured interview. The survey results pointed out political domination, lack of interest in agriculture, environmental problems and the uncontrolled capture fisheries as relevant factors that influence the socio-economic trajectory of the municipality, as well the lack of interest in political and social organization. However, the city also has positive social factors such as the improvement of indicators of longevity, mortality and literacy, although it appears as the worse IDHM of Amurel region.

Keywords: Growth and Economic Development. Rural and fishing activities. Decadence. Population migration.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Mapa de localização - Imaruí | 61 |
| Figura 2 - Decreto da criação da Freguesia de São João Batista de Imaruí..... | 65 |
| Figura 3 - Decreto da nomeação de Pedro Bittencourt..... | 67 |
| Figura 4 - Pesca do aviãozinho | 88 |
| Figura 5 - A Pesca com Gerival ou Berimbal..... | 89 |
| Figura 6 - Pirâmide etária da população em 2000 e 2010 | 94 |

LISTA DE TABELA

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Evolução demográfica de Imaruí (1970 a 2010)..... | 91 |
| Tabela 2 - População de Imaruí segundo o sexo, 1970 a 2010. | 93 |
| Tabela 3 - IDHM Fecundidade, Longevidade (Imaruí e SC) 1991, 2000 e 2010..... | 95 |
| Tabela 4 - IDHM, IDHM Educação e IDHM Renda (Imaruí e SC) 1991, 2000 e 2010..... | 96 |
| Tabela 5 - Taxa Bruta de Natalidade e Mortalidade Infantil por 1000 habitantes (Imaruí e SC). Em %..... | 97 |
| Tabela 6 - Grau de alfabetização – Pessoas a partir dos 10 anos | 98 |
| Tabela 7 - Taxa de alfabetização – Pessoas a partir dos 10 anos. Em (%). | 98 |
| Tabela 8 - PIB Imaruí e Santa Catarina e a participação percentual (1999 a 2013) por mil reais..... | 100 |
| Tabela 9 - PIB Imaruí por setor (1999 a 2013) – por mil reais | 101 |
| Tabela 10 - PIB <i>Per Capita</i> Real, deflacionado ao preço de 2015..... | 102 |
| Tabela 11 - Número de empregos por Setor (1991 a 2014) | 103 |
| Tabela 12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal (2000 e 2010)..... | 105 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Critérios para delimitar o rural e o urbano em alguns países Europeus..... | 45 |
| Quadro 2 - Prefeitos ao longo da história..... | 69 |
| Quadro 3 - Ocupação das repartições públicas e judiciárias | 75 |
| Quadro 4 - Características das comunidades..... | 76 |

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Áreas cultivadas dos principais produtos (1990 -2014)..... 82
Gráfico 2 - Evolução demográfica de Imaruí (1970 a 2010) em %..... 93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| AMUREL | Associação de Municípios da Região de Laguna |
| Dr. | Doutor |
| EPAGRI | Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina |
| FAO | Food And Agriculture Organization of the United Nations |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IPTU | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 27 |
| 2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO – DEBATE CONCEITUAL | 33 |
| 3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E PEQUENOS MUNICÍPIOS | 41 |
| 3.1 CRITÉRIOS PARA DELIMITAR O RURAL E O URBANO | 41 |
| 3.2 DESENVOLVIMENTO RURAL: SUA IMPORTÂNCIA E ATIVIDADES | 48 |
| 3.3 O DESENVOLVIMENTO RURAL COMO PERSPECTIVA | 53 |
| 4 A TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE IMARUI E A IMIGRAÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS | 61 |
| 4.1 LOCALIZAÇÃO E ORIGEM DO MUNICÍPIO | 61 |
| 4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS: DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS À FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO | 63 |
| 4.3 FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE IMARUÍ | 66 |
| 4.3.1 O domínio nas repartições públicas e judiciárias | 74 |
| 4.4 FORMAÇÃO ECONÔMICA DE IMARUÍ | 76 |
| 4.4.1 Atividades agrícolas: transformação e comercialização da produção | 78 |
| 4.4.2 Mudanças no modelo agrícola a partir de 1970 | 81 |
| 4.4.3 A trajetória da pesca em Imaruí: Da formação do município a crise da década de 1970 | 83 |
| 4.4.4 Da crise dos anos de 1970 ao momento atual | 89 |
| 4.5 OS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE IMARUÍ | 90 |
| 4.5.1 Evolução e composição demográfica | 90 |
| 4.5.2 IDHM Fecundidade, IDHM Longevidade | 95 |
| 4.5.3 IDHM, IDHM Educação e IDHM Renda | 95 |
| 4.5.4 Taxa de natalidade e mortalidade | 97 |
| 4.5.5 Educação | 98 |
| 4.5.6 PIB, Emprego e Renda | 99 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 107 |
| REFERÊNCIAS | 113 |

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico não ocorre de forma igual em todas as regiões. Observando a história e a contemporaneidade percebe-se que se trata de um processo não homogêneo, pois quando desencadeado, provoca o fortalecimento de determinada região, principalmente aquela com melhor articulação das instituições político-sociais. Este movimento da economia regional acaba sendo um objeto de estudo profundo, uma vez que se precisam conhecer questões endógenas, exógenas, suas relações com outras localidades e sua influência no âmbito nacional.

Neste sentido Franco (2000) diz que propiciar o desenvolvimento significa possibilitar as pessoas o acesso à cidadania e aos recursos de uma vida civilizada. É fundamental aumentar o nível de acesso das pessoas à riqueza, ao conhecimento e à capacidade de opinar nas decisões públicas conjuntamente, e, não apenas crescer economicamente.

Corroborando, Abrantes (2014), afirma que a ótica do desenvolvimento está na capacidade de seus protagonistas em fazer uso de seus recursos endógenos e, paralelamente buscar os recursos exógenos visando à melhoria da qualidade de vida da população.

O Desenvolvimento no sentido amplo somente existirá se for humano, social e sustentável e se atingir a melhoria da qualidade de vida nas pessoas em seus vários aspectos, por isso resulta de vários fatores, que envolvem outros itens como, a economia, a saúde, a mobilidade, o meio ambiente natural e social, segurança pública, o governo e a política em geral, a cultura, o lazer (FRANCO, 2000).

Considerando essas questões (humana, social e sustentável), é que o desenvolvimento tem sido objeto de estudo de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, como: da economia, da administração, da sociologia, da antropologia, da geografia, da política, e outras. Observa-se que os debates trazidos por essas variadas áreas não se distanciam do foco, sobre o que realmente se considera como desenvolvimento.

Discutir desenvolvimento inicia antes de tudo com a participação da sociedade local no constante planejamento da ocupação do lugar e na divisão dos resultados econômicos.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente,

humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Dentre alguns conceitos de desenvolvimento formulados por pesquisadores, o que mais chama atenção é aquele formulado por Celso Furtado.

[...] o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p. 484).

Fica evidenciado que o desenvolvimento é um projeto social que, busca efetivamente a melhoria da condição de vida das pessoas.

Algumas forças são determinantes para o desenvolvimento e crescimento regional num longo prazo, Boisier (1989), enfatiza que: 1) o desenvolvimento de uma região depende de sua participação no uso dos recursos nacionais (recursos financeiros, estrutura pública); 2) efeitos regionais diretos ou indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais; 3) dependência de um conjunto de forças políticas, institucionais e sociais.

Crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, o seria se, ampliasse a oferta de emprego, se reduzisse a pobreza e minimizasse as desigualdades sociais.

O desenvolvimento é um conceito multidimensional e os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com futuras gerações); o

crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego, e pobreza crescentes. (SACHS, 2004, p. 71).

Desenvolvimento não ocorre apenas no urbano, mas também, no rural, muito embora o urbano acabe influenciando no rural, este tem características próprias, que segundo Abramovay (2003, p. 25), diz respeito “a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e dependência do sistema urbano.” As pessoas que vivem nos espaços rurais mantêm maior contato com a natureza, podendo fazer uso não apenas das atividades voltadas à agricultura, como também aquelas que estão diretamente ligadas ao rural, como exemplo, o turismo e as potencialidades dos recursos naturais.

Entende-se que o crescimento e desenvolvimento, seja urbano ou rural, apesar de dependerem de fatores endógenos e exógenos, sobre tudo estão vinculados à qualidade, capacidade e identidade política da região, de suas classes representativas, na organização e condução dos processos de negociação, do dinamismo da classe empresarial, da existência de redes associativas, do assessoramento técnico às autoridades políticas (DALABRIDA, 2010). Contudo, de nada adianta toda a organização para promover o desenvolvimento, se essas classes não promoverem a participação efetiva e democrática da população regional/local, nas discussões.

Diante do exposto, e como a literatura traz fortes discussões a respeito de crescimento e desenvolvimento, enfatizando as questões endógenas e exógenas como condutoras para o desenvolvimento de uma região e, reforça a participação, força e representatividade das entidades (políticas, sindicais, sociais) neste processo, busca-se com este estudo, investigar a trajetória socioeconômica do município de Imaruí-SC. O contexto das discussões levam a seguinte questão de pesquisa: Que fatores, influenciaram na trajetória socioeconômica do município de Imaruí-SC e no processo de migração nas últimas décadas?

Na busca por resposta à questão de pesquisa, foi necessário atingir os objetivos elencados a seguir: então, o objetivo geral do estudo

consiste em descrever a trajetória socioeconômica e política do município de Imaruí – SC e o processo de migração nas últimas décadas. Que foi desmembrado nos seguintes objetivos específicos: i) conhecer as origens e constituição do município; ii) levantar o contexto socioeconômico do município; iii) descrever os aspectos econômicos, social e populacional do município.

No que tange a justificativa e relevância, o estudo estabelece importante e relevante contribuição para compreender alguns aspectos que fizeram parte da trajetória socioeconômica e política do município de Imaruí. Pelas pesquisas realizadas não foram encontrados estudos que abordam de forma direta a trajetória do município. Os trabalhos mais recentes tratam das questões das transformações das paisagens e dos impactos socioambientais causados durante a importante festa em honra ao Senhor Bom Jesus dos Passos, que apesar de trazerem algumas informações socioeconômicas, não descrevem de forma mais ampliada, a questão da trajetória, desconsiderando também as questões políticas.

Imaruí é um município rural com base econômica dependente da agricultura e da pesca, porém, ao longo dos tempos estas bases passaram por fortes transformações, ao ponto da população ficar desestimulada, e como não visualizava outras perspectivas, muitas pessoas foram deixando o município em busca de novas oportunidades econômicas e melhores condições de vida. No final do ano de 1970 eram mais de 21 mil habitantes e atualmente são pouco mais de 10 mil. Então, compreender os fatores históricos que influenciaram na trajetória socioeconômica do município, justifica e mostra a relevância do estudo.

Quanto aos caminhos metodológicos é importante ressaltar que a definição de normas e procedimentos metodológicos são elementos indispensáveis para nortear a elaboração de qualquer estudo científico. Portanto, no que tange aos objetivos, este estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, para Silva (2003, p. 65) é importante que o “pesquisador possa planejar uma pesquisa exploratória para encontrar elementos necessários que lhe permitam obter os resultados que deseja, ou servir para levantar possíveis problemas de pesquisa.” Com base nesta caracterização, se deseja explorar um tema ainda pouco discutido cientificamente, porém de grande relevância para organização social e econômica do município.

No primeiro objetivo pretende-se explorar a ocupação das terras. Busca-se então descrever os aspectos da trajetória socioeconômica do município que contribuíram para migração populacional e a atual situação do município (índice de IDH, longevidade e renda, são os

menores entre os municípios que formam a região). A pesquisa descritiva consiste na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 1991, p. 46).

Quanto à fonte da pesquisa, este estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica e documental, por utilizar as publicações científicas relacionadas à história e a evolução socioeconômica do município (CERVO; BERVIAN, 1996; RAUPP; BEUREN, 2004). A pesquisa se deu em documentos do acervo do arquivo público no município de Laguna, tendo em vista que o município de Imaruí não dispõe de arquivo público. Feita a investigação serão iniciadas as análises dos documentos.

Para descrever a trajetória do município, será efetuado um levantamento em documentos históricos (decreto que criou a Freguesia de São João Batista de Imaruí). De acordo com Gil (1991), o levantamento caracteriza-se pela interrogação dos indivíduos cujos comportamentos se deseja conhecer.

Como instrumento de coleta dos dados, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com historiador, coordenador municipal da pesca, antigos pescadores, servidores da Epagri, secretário municipal de desenvolvimento rural, secretário municipal de planejamento econômico, e, o prefeito municipal, visando efetuar um diagnóstico da situação econômica e social do município. Os entrevistados foram escolhidos intencionalmente, levando em consideração a representatividade do cargo.

Observa-se que esta pesquisa fez uso de uma abordagem qualitativa, pois por meio desta técnica pode-se,

descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Aborda também várias constituições de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço de maior profundidade das relações, dos processos e dos fenômenos

(MINAYO, 2002). Os procedimentos para obtenção dos dados são de responsabilidade do pesquisador (CRESWELL, 2007).

Desta forma, a presente pesquisa se caracteriza como, exploratória, descritiva, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de estudo bibliográfico, e, o método histórico, pois se trata de descrever o passado, compreender o presente e prever o futuro (MARCONI; LAKATOS, 2008). Pretende-se então, conhecer a história e origem da formação do município, em seus aspectos, econômicos, sociais e políticos, para entender a dinâmica atual, possibilitando discussões sobre alternativas para seu futuro.

A dissertação constitui-se de cinco capítulos, incluindo essa introdução (capítulo 1).

O capítulo 2 trata das discussões conceituais sobre desenvolvimento e crescimento econômicos, temas relevantes para compreender quando ocorre o crescimento e sua relação com desenvolvimento. Neste capítulo os principais autores são: Amartya Sen Kumar, Celso Furtado e Nali de Jesus de Souza.

O capítulo 3 aborda questões sobre o desenvolvimento rural, a importância das atividades rurais, e, o rural, como perspectiva. As discussões são pertinentes para entender a dinâmica dos municípios rurais. Nesta seção os principais autores: José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Ricardo Abramovay e Zander Soares De Navarro.

O capítulo 4 tratará de descrever a trajetória do município de Imaruí em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e o processo de migração, trazendo suas estruturas e características, sua dinâmica populacional ao longo dos últimos 40 anos, bem como, as questões político-administrativas, desde sua primeira formação como Freguesia de São João Batista, até sua concepção e reconhecimento como município,

O capítulo 5 será destinado às considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO – DEBATE CONCEITUAL

Desenvolvimento é uma discussão latente no mundo dos economistas, seja da economia ortodoxa ou da heterodoxa, porém, a questão passa pelo entendimento da distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, enquanto uns entendem que não passam de sinônimos, outros entendem ser distintos.

Baran (1972), afirma em sua obra *Economia Política do Desenvolvimento* que a discussão sobre desenvolvimento econômico, não é novidade no campo da economia política. Foi o tema central na obra da economia clássica e conteúdo pioneiro da obra de Adam Smith. Numerosas gerações de economistas preocupavam-se em analisar as forças determinantes do progresso econômico.

Debater o conceito de desenvolvimento econômico é algo que se faz há muitos anos. Após a Segunda Guerra Mundial, começa a surgir uma nova concepção de desenvolvimento econômico, apontando que, para os países pobres, não resolveria ter indústrias e tecnologias avançadas à serem desenvolvidas, se a população em sua totalidade não pudesse usufruir dos benefícios que dela resultariam, como: saúde, educação, emprego e renda.

Cabe ressaltar as diferenças entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico. O crescimento econômico caracteriza-se pelo aumento da capacidade produtiva, expansão do estoque de emprego, da arrecadação, do consumo, e, principalmente pelo aumento do PIB (MONTIBELLER, 2007). Sobre desenvolvimento econômico, o autor diz se tratar do aumento significado e constante do PIB e da renda *per capita*, resultante de fortes investimentos na estrutura produtiva, por meio de avanços tecnológicos, necessitando de médio ou longo prazo, para sua consolidação, possibilitando desta forma melhorias nos indicadores sociais de uma população.

Percebe-se nas definições de Montibeller que o crescimento econômico está diretamente ligado à elevação da capacidade produtiva de uma região, enquanto que o desenvolvimento econômico requer prazo para firmar sua consolidação, deve proporcionar melhorias na qualidade de vida do ser humano. Porém, o aumento nos indicadores de produção, não significa melhora dos indicadores sociais.

Para outros estudiosos, o tema, crescimento é igual a desenvolvimento (SOUZA, 2007). Outros entendem que, crescimento econômico é um condicionante para o desenvolvimento econômico, mas

de caráter complementar. Para Souza (2005, p. 5) "A idéia é de que o crescimento econômico distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico."

Todavia, cabe considerar que o crescimento pode não engendrar o desenvolvimento econômico. Sobre isso Souza (2007) ressalta que mesmo que a economia cresça, a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não diminuir na mesma proporção do crescimento, tendo em vista a tendência à utilização de tecnologias modernas no processo produtivo, com isso, pode haver maior concentração na renda, e outros efeitos perversos.

Portanto, destaca-se que o crescimento econômico trata de questões da eficiência na alocação de recursos e de crescimento da renda *per capita*. Já para que aconteça o desenvolvimento econômico, o crescimento é condição necessária, mas não suficiente, pois serão necessárias que outras condições sejam atingidas em seus aspectos sociais, como a distribuição da renda, melhoria na qualidade de vida e infraestrutura também sejam alcançadas.

Corroborando, Bresser-Pereira, enfatizou que:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 31).

Com relação às determinantes do crescimento Bresser-Pereira (2008), diz que, desenvolvimento econômico é sobretudo um movimento histórico de crescimento, calçado da renda ou do valor adicionado por habitante, acarretando na melhoria do padrão de vida das pessoas de um determinado estado-nação, resultando na acumulação de e na incorporação de conhecimento. Com essas colocações, pode-se conceituar desenvolvimento econômico como sendo um processo que envolve mudanças em uma sociedade nos âmbitos: estrutural; institucional e cultural. Diz respeito à melhoria sustentada dos padrões de vida viabilizados pelo aumento da produtividade de determinadas

atividades ou pela transferência da mão de obra de algumas atividades para outras com maior valor adicionado de renda *per capita*.

Para os estudiosos do tema que aliam o conceito de crescimento com desenvolvimento, a variação da análise acontece tendo em vista que as variáveis qualitativas são introduzidas, desta forma provocam mudanças na qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, Souza (2005) diz que, o desenvolvimento é caracterizado pela transformação de uma economia primária em uma economia moderna.

Então, de fato, o desenvolvimento ocorre quando se torna visível à melhoria do bem-estar da população, mas, não necessariamente está apoiado no crescimento econômico. De acordo com Franco (1995), o desenvolvimento de uma comunidade ocorre quando suas potencialidades tornam-se dinâmicas.

Além das discussões apresentadas, existem outras que passam pelo entendimento de sua amplitude e interações com outros aspectos (econômicos, sociais, científicos, tecnológicos, geográfico, ambiental e políticos). Como as de Casarotto Filho e Pires (2001, p. 112), que assim definem:

- a) Econômico-social: relaciona-se à criação de condições para o crescimento econômico, socialmente inclusivo e equitativamente distribuído;
- b) Científico-tecnológico: refere-se ao domínio e atualização do conhecimento e a sua aplicação nas atividades humanas, estimulando o processo continuado de inovação;
- c) Geoambiental: assegura a manutenção da base de recursos ambientais, entendidos como somatória das condições do ambiente social, desde a conservação da natureza até a conservação das características e da cultura social inserida.
- d) Político-institucional: estabelecimento e consolidação do sistema político representativo, que garanta a continuidade e consistência de um processo estruturado por meio de um sistema coordenado de decisões e ações, que promovam o desenvolvimento e a interação e articulação das dimensões do processo.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento é visto como um processo do aumento da liberdade e mudança social de abrangência geral, ou seja, não apenas no aspecto econômico, político, social e cultural; é possível dizer que desenvolvimento é a reprodução da mudança de atitudes.

O desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações interligadas e que se produzem na estrutura de uma economia, imprescindíveis para continuidade de seu crescimento. Essas mudanças afetam à composição da demanda da produção, dos empregos, da estrutura do comércio internacional e da movimentação de capital com o estrangeiro. O conjunto dessas mudanças estruturais delimita a passagem de um sistema econômico tradicional para um sistema econômico moderno (SOUZA, 1999).

No debate sobre o desenvolvimento econômico discutido pelos autores nos parágrafos anteriores – embora não contraditório, o enfoque está mais centrado nos aspectos econômicos. Sen (2000) enfatiza que o desenvolvimento deve ser discutido além do estímulo às riquezas e aumento do Produto Interno Bruto - PIB, mas deve estar relacionado com melhoria da vida e liberdade individual; o desenvolvimento é muito mais amplo que crescimento econômico, estando diretamente ligado à liberdade de expressão do homem.

Sen (2000, p. 28-29) ainda reforça, dizendo:

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobre tudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Além do que, liberdade é “tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento.” (SEN, 2000, p. 71).

A liberdade tanto defendida por Sen (2000), como o principal fim para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, tem duas razões principais:

1. a razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se, primordialmente, se houve aumento das liberdades da pessoas.
2. a razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (SEN 2000, p. 18).

Significa dizer que a liberdade tem um papel constitutivo e um papel instrumental para o desenvolvimento, no qual o papel constitutivo,

relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação de basear-se nessa consideração. (SEN, 2000, p. 52).

Ainda o autor faz a seguinte observação,

a relevância da privação de liberdades políticas ou direitos civis básicos para uma compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio de sua contribuição indireta a outras características do desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 53).

Essa liberdade tratada por Amartya Sen tem seu papel instrumental, que diz respeito “ao modo como diferentes direitos, oportunidades e *intitamentos* contribuem para a expansão da liberdade

humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento.” (SEN, 2000, p. 54).

Amartya Sen afirmava que era possível o desenvolvimento pleno, a partir de políticas públicas sociais. Dentre os tipos de liberdades instrumentais tratadas pelo autor, destacam-se cinco: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Essas liberdades se inter-relacionam diretamente.

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2000, p. 25-26).

O processo de desenvolvimento é influenciado por essas inter-relações, de modo que as pessoas precisam e devem ser vistas de forma ativa no processo, e não como agentes passivos a espera dos benefícios dos programas de desenvolvimento. Desenvolvimento deve ser algo que faz as pessoas pensarem no conjunto de toda sociedade e não apenas no seu benefício pessoal.

Sobre as questões de crescimento e desenvolvimento econômico, não se pode esquecer-se das grandes contribuições de Celso Furtado, que além das preocupações socioeconômicas, traz as preocupações com as degradações do mundo físico, os impactos causados pelo processo econômico na natureza. Furtado, (1981, p. 19) deixa a seguinte pergunta: “[...] que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se?”

Furtado (1981), ao mesmo tempo em que deixa o questionamento traz a resposta:

Resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou,

alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1981, p. 19).

É possível, então, deduzir que, neste ritmo acelerado de consumo das sociedades desenvolvidas, em pouco tempo absorveriam os recursos disponíveis em sua totalidade, transformando drasticamente o mundo como o conhecemos. Furtado (1981, p. 20) define como ingênuo fantasiar que o progresso tecnológico resolveria a questão “como se o progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-lo.”

Furtado (1998) complementa dizendo que a nova orientação do desenvolvimento teria de ser igualitário, reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado de certos grupos privilegiados.

Percebe-se que a discussão sobre crescimento e desenvolvimento é profunda e inesgotável. Enquanto que Amartya Sen e Celso Furtado, enfatizam que o crescimento não leva ao desenvolvimento, se não tiver um olhar para a liberdade das pessoas e de seu impacto na natureza, outros atrelam diretamente com o crescimento da renda *per capita* e um melhor bem-estar das pessoas.

Por fim, nota-se que não há um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico que satisfaça a todos os interesses das sociedades, se assim fosse, seria simples pegá-lo como modelo, implantá-lo e desfrutar dos resultados. Neste processo de crescimento e desenvolvimento outras variáveis como: questões regionais, territoriais, culturais, políticas, precisam ser consideradas e analisadas com profundidade sobre o desenvolvimento. Dentre elas, destacam-se forças políticas e institucionais unidas em prol do desenvolvimento.

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E PEQUENOS MUNICÍPIOS

Este capítulo tem por finalidade promover um debate sobre o conceito de desenvolvimento territorial rural e suas conexões em relação aos municípios denominados pequenos. Então, as considerações iniciam-se com os conceitos aplicados no Brasil, com também aqueles usados em outros países para definir este tipo de município, sem deixar de trazer para as contribuições acadêmicas, acerca deste assunto.

As discussões sobre desenvolvimento territorial rural serão tratadas na sequência, trazendo a linha crítica conhecida como “urbanização do rural” (RUA, 2006, p. 91). Os autores que se dedicam a estudar o assunto são agrupados por RUA em duas linhas distintas de análise.

Na primeira linha denominada “abordagem clássica”, embora com pensamentos significativos em suas posições, estariam os autores: Henri Lefébvre; Milton Santos e Graziano da Silva, uma vez que estudam a ideia de “urbanização do rural”, ou seja, o rural torna-se urbano e tende a desaparecer. A segunda linha traz à discussão, o território e a escala e enfatiza a “urbanização no rural”, que requer “a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano.” (RUA, 2006, p. 91). Desta segunda linha se podem destacar os seguintes autores: José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sergio Schneider, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que, embora com imensa diversidade, defendem a necessidade de se destacar o rural, trazendo em seus estudos a ideia de “novas ruralidades” (ZAI, 2009).

Esta segunda linha de análise é usada para as reflexões seguintes, na intenção de compreender, o desenvolvimento do município de Imaruí, em seus aspectos, econômicos e sociais.

3.1 CRITÉRIOS PARA DELIMITAR O RURAL E O URBANO

Termo criado por José Eli da Veiga para se referir aos pequenos municípios brasileiros. Em sua obra “Cidades Imaginárias”, Veiga, critica a legislação e a classificação, ainda utilizada no Brasil para delimitar o urbano e o rural. Chegando a denominar de município “anão” aquele cuja população é inferior a cinco mil habitantes (VEIGA, 2002; ZAI, 2009).

Foca inicialmente sua crítica a uma regra arcaica baixada no auge do autoritarismo do Estado Novo (VEIGA, 2005). Em 1938 foi instituído no Brasil o Decreto-Lei nº 311, que teve como uma das suas incumbências, estabelecer os critérios das delimitações territoriais no Brasil. O Decreto-Lei assim definiu e regulamentou as unidades territoriais administrativas no país:

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. (DECRETO-LEI Nº 311/1938).

Essas classificações não levam em conta quaisquer características demográficas, estruturais ou funcionais. Veiga (2003) as classifica como atrasadas e equivocadas, de modo que colocam o Brasil como um dos países mais atrasados no mundo do ponto de vista territorial.

Na literatura se observa outros termos usados para definir pequenos municípios, quais sejam: “vida urbana morta” (FERNANDES, 1973); “municípios semi-rurais” (LOPES, 1978) e “cidades não urbanas” termo utilizado por Faria (1984). Florestan Fernandes (1973, p. 141) aborda o modo pelo qual as funções urbanas se pactuam, regionalmente, com os interesses e os “valores de vilas, fazendas e pequenas comunidades nuclearmente rústicas.” Lopes (1978) classifica como urbanas as aglomerações com pelo menos, cinco mil habitantes, permitindo assim, demarcar as áreas com maiores influências de valores, padrões e formas de organização urbana. Na sua concepção os municípios com menos de cinco de mil habitantes devem ser classificados como “semi-rural”. Para Faria (1984) e Veiga (2003), devem ser denominadas como cidades, apenas as sedes com mais de vinte mil habitantes (ZAI, 2009).

Para Wanderley (2004, p. 93) “as pequenas cidades com até 20.000 habitantes, não integram propriamente a rede urbana, devendo ser consideradas como não urbanas.” Mas, a conceituação que prevalece é aquela definida pelo IBGE (2015): como situação urbana considera-se as áreas correspondentes às cidades, assim consideradas as sedes municipais, às vilas ou sedes distritais ou as áreas urbanas isoladas.

Essas categorias de áreas urbanas definidas pelo IBGE (2015) são criticadas por Veiga (2002, 2005), para o autor, espaço urbano leva em conta outras características, como, sua função, dimensão e situação.

Assim, nem toda sede municipal é necessariamente um espaço urbano. A dimensão populacional é um dos importantes critérios defendidos por Veiga (2002, 2005, Wanderley, 2001), Abramovay (2003), porém, este critério é desconsiderado pelo IBGE (2005) quando da definição de espaços urbano e rurais.

A proposição que Veiga busca defender, é questionada por alguns autores que também estudam a questão urbana. “Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?”, é um questionamento feito por Carlos (2003, p. 5), essa indagação contrapõe a ideia de Veiga. Ao trazer essa interrogação a autora se reporta ao critério de densidade demográfica na caracterização de municípios que “pertencem ao Brasil rural”, enfatizando que estaria centrado na influência da ação do homem. Na visão da autora trata-se de uma classificação questionável, pois nesta lógica distinguem-se, áreas “mais rural”, ou seja, “natureza intocada” e “ecossistemas mais alterados” pela ação do homem e pontos ocupados pelas “megalópolis”, ou seja, ecossistemas “mais alterados” pela ação do homem (ZAI, 2009).

Enquanto que o Brasil baseia-se em critérios administrativos para definir cidades, outros países adotam outras combinações, com as questões estruturais e funcionais. Nas questões estruturais, estão: o número de habitantes, de eleitores, de moradias, a localização, e acima de tudo, a densidade demográfica. Já nos critérios funcionais está essencialmente a existência de serviços imprescindíveis para cidade. Dentre os países com algumas semelhanças de critérios adotados pela Brasil para definir cidade estão: El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana (ZAI, 2009).

Veiga (2004) utiliza Portugal como exemplo, onde as normas legais determinam que para que uma vila seja elevada à categoria de cidade, precisa contar com no mínimo 8 mil eleitores e, também oferecer pelo menos cinco dos dez equipamentos:

- a) hospital com permanência;
 - b) farmácias;
 - c) corporação de bombeiros;
 - d) casa de espetáculos e centro cultural;
 - e) museu e biblioteca;
 - f) instalações de hotelaria;
 - g) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário;
 - h) estabelecimentos de ensino pré-primário e creches;
 - i) transportes públicos, urbanos e suburbanos;
 - j) parques e jardins públicos.
- (VEIGA, 2004, p. 28).

Com relação às cidades imaginárias pela leitura de Veiga, no Brasil, passam das 4.500, o autor deixa o seguinte questionamento: “Será que faz algum sentido supor que seja cidade uma sede de município que não tenha sequer lei de zoneamento, plano diretor, coleta de lixo domiciliar, IPTU progressivo, varredura de ruas, [...]?” (VEIGA, 2005, p. 71).

Na concepção do autor é ilegítimo chamar de cidade as sedes dessas pequenas cidades, e as denomina de “cidades imaginárias”.

Existem algumas formas dominantes de delimitação do rural, porém, geram insatisfação por parte dos pesquisadores. Dentre elas Abramovay (2003), narra que, se há extensão de serviços públicos, há certo aglomerado populacional, esse tende a ser definido como urbano. O Brasil usa esse critério para definir como urbanas as sedes distritais que possuem algumas centenas de casas. Neste caso, nem toda aglomeração populacional contemplada com o mínimo de serviços públicos pode ser definida com cidade.

Abramovay (2003) sustenta que o critério patamar populacional é importante e deve ser levado em consideração, porém ele por si só não permite uma abordagem regional da ruralidade. Esse critério diz que tal localidade ou município é ou não rural, mas, insuficiente para indicar se existem regiões ou territórios mais ou menos rurais. Segundo o autor uma aglomeração populacional de 40 mil habitantes ladeada por pequenos povoados de distritos com dois ou três habitantes, pode ser caracterizada como urbano, mas sem que se tenham instrumentos estatísticos que permitam perceber que ela está no meio de uma região que, globalmente, é rural.

É certo que cada país utiliza de diferentes definições administrativas para definir seu meio urbano e rural. Algumas dessas definições administrativas foram organizadas por Wanderley (2000), em relação a alguns países que compõem a Comunidade Européia, que se sustentam em uma grande variedade de critérios, os quais estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1 - Critérios para delimitar o rural e o urbano em alguns países Europeus

Na Bélgica, dois sistemas de classificação se combinam, um referindo-se aos municípios e levando em conta sua população e seu crescimento, o outro em função do lugar da agricultura no espaço habitado.

Na Dinamarca, duas abordagens podem ser distinguidas, uma procedendo da regulamentação da construção: as zonas rurais são, então, aquelas onde a agricultura tem prioridade; a outra, através das estatísticas: são considerados como rurais, toda região que conte menos de 200 habitações ou todo município que compreenda uma população entre 4.000 e 10.000 habitantes.

Na França, a definição mais corrente retém como rurais os municípios com menos de 2.000 habitantes. Como esta definição não parece mais pertinente, uma distinção suplementar foi acrescentada: as Zonas de Povoamento Industrial ou Urbano (ZPIU) e o rural profundo “fora das ZPIU”.

Na Alemanha, existe uma tipologia de diferentes coletividades territoriais que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade da população. Nesta tipologia, existem regiões definidas pela sua “vocalização agrícola”.

Na Grécia, não há definição; em sua falta, o critério da densidade populacional (30 hab./km²) é utilizado.

Na Itália, não existem critérios para diferenciar o meio urbano do meio rural, mas são qualificados de rurais os municípios de menos de 10.000 habitantes.

Na Irlanda, o critério de 100 habitantes distingue os “distritos urbanos” dos “distritos rurais”.

Na Inglaterra, o espaço rural é o espaço residual do urbano, que dá lugar a uma classificação muito fina, a partir da utilização dos solos.

Fonte: Adaptado de (WANDERLEY, 2000; ZAI, 2009).

Observa-se que quando se discutem critérios para definição de rural, fica evidente nas colocações de Abramovay, que não existem critérios homogêneos para delimitar o rural do urbano. Mas, coloca-se em defesa dos critérios estabelecidos por outros países, como é o caso de, Espanha, Portugal, Itália e Grécia, que consideram como rurais os habitantes que vivem em localidades com menos de 10 mil habitantes. Na França e em países latino-americanos como México, Bolívia, Argentina, Venezuela, Panamá, Honduras e Nicaraguá, uma população é definida como rural, quando o número de habitantes varia de mil a 2.500.

País como o Chile leva em consideração duas variáveis, além do nível populacional (1.500 habitantes), e as atividades secundárias ocupadas por seus habitantes devem ser menores que 50%. Como já visto, o Brasil, assim como Equador, Guatemala, República Dominicana e El Salvador, utilizam de critérios mais administrativos que geográficos ou econômicos (ABROMOVAY, 2003). Porém, se adotasse um dos critérios anteriormente abordados, boa parte das sedes dos distritos brasileiros, seria definida como rural (ZAI, 2009).

Na busca pela definição do rural e urbano se faz necessário abordar os critérios utilizados como parâmetros pela Organização de Cooperação de desenvolvimento econômico (OCDE), que utiliza duas etapas para melhor distinguir o rural e o urbano. A primeira etapa leva em consideração os espaços locais, rurais e urbanos, com base na densidade demográfica, neste caso são consideradas rurais as localidades com até 150hab/KM², acima desse limite seriam consideradas urbanas. A segunda etapa é divisão das áreas, sendo classificadas em três categorias: 1) as regiões essencialmente rurais, onde a maioria da população vive nos espaços rurais; 2) as regiões essencialmente urbanas, essas possuem menos de 15% da população no meio rural; e as, 3) regiões intermediárias, nesta classificação a população rural, oscila de 15 e 50% da população total (WANDERLEY, 2000).

Muito embora existam essas discussões em torno da definição e limitação do rural, é possível sustentar que o meio rural continua sendo apontado com uma pequena aglomeração, de frágeis aspectos sociais e uma paisagem de predominância natural. Para Wanderley (2000), os municípios rurais são marcados por algumas características: a fraca densidade de sua população; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a predominância de empresas de pequena

dimensão; a predominância do habitat individual; a importância da paisagem.

Assim sendo, para Wanderley (2004, p. 91),

apesar da configuração de um “sistema de cidades”, a capacidade de vivenciar a experiência urbana é desigualmente distribuída. Na verdade, esse caráter urbano, irradia-se a partir dos centros metropolitanos, nos quais sua presença é indiscutível, gerando um quadro de diferenciação entre áreas que recebem, em maior ou menor grau, a influência do modo de vida urbano.

Tendo em vista as diferenciações construídas ao longo do tempo entre o urbano e o rural, o geógrafo Milton Santos (1995) afirma que sociedade tende a se diferenciar como regiões agrícolas e regiões urbanas. Contudo, é imprescindível admitir que região precisa ter um olhar homogêneo da forma de vida social, o que muitas vezes não está expresso na vivência dos camponeses na área urbana. Assim sendo, estar próximo da metrópole, não necessariamente significa para um habitante da roça, maior acesso aos equipamentos por ela oferecidos. (ZAI, 2009)

Sobre aproximação da cidade, Wanderley (2004, p. 93-94) propõe três situações:

1. os casos em que a população do campo, é excluída dos bens e serviços concentrados na cidade, sede municipal, seja porque esta é muito distante dos locais de moradia dos “rurais”, seja porque estes têm poucos meios de locomoção; esta situação, que não é rara no Brasil, traduz-se por um “isolamento”, relativo, porém profundo, do campo e o conseqüente reforço do modo tradicional de vida;
2. os casos em que, o município, como um todo, pela sua reduzida dimensão, não tem capacidade para abrigar os bens e serviços dos quais deveria ser depositário. Nestes casos, são pouco significativas as diferenças objetivas entre o núcleo urbano e a periferia rural, ambos igualmente precários e mal servidos. Pode-se falar, de uma certa forma, de um processo de “ruralização”, especialmente das pequenas cidades, compreendendo-se este

processo como a reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural – população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseadas no interconhecimento. Neste caso, o meio rural é o espaço da vida cotidiana, enquanto o acesso à cidade, com fins comerciais religiosos ou de lazer, segue ritmos e frequências variados; a vida no campo corresponde a um modo de vida, que se diferencia do urbano, mas o incorpora;

3. os casos em que, na busca dos bens e serviços de que necessita, a população do campo “apropria-se” da sede municipal, como um espaço que lhe pertence, seja frequentando-a com regularidade, seja, inclusive, instalando na cidade seu lugar de residência, mesmo quando mantém todos os seus vínculos de trabalho no meio rural. A vivência da cidade integra, neste caso, a dimensão cotidiana; mas a dupla inserção particulariza os espaços de moradia, de trabalho, de lazer, de socialização dos filhos etc. É importante lembrar que, como foi dito acima, os Censos brasileiros registram esta última categoria como população urbana.

A dinâmica de desenvolvimento e as relações entre a pequena cidade e o mundo rural para, Wanderley (2000), passam a ser entendidas a partir da definição de categorias de análises, como: unidade territorial; as relações sociais entre atores e desses com o município rural; as relações de interconhecimento e as suas formas de organização e de representação.

Pelas palavras da autora, essa dinâmica passa, pelo entendimento das questões sociais, espaciais e a história de desenvolvimento desses pequenos municípios.

3.2 DESENVOLVIMENTO RURAL: SUA IMPORTÂNCIA E ATIVIDADES

O desenvolvimento não pode ser desconectado de sua história, que se inicia, sobretudo com o cultivo da terra. O manuseio da terra é

percebido desde os anos mais remotos da história. Seu domínio só foi possível no momento em que o homem deixou de ser nômade e se fixou na terra. A agricultura que se resumia nos atos de plantar e colher, com o avanço do capitalismo, começou sua grande transformação. “A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital.” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 4).

No Brasil, a agricultura é uma das principais bases da economia. O crescimento econômico e a exportação iniciam-se no século XVI, período colonial, com o cultivo da cana-de-açúcar.

Por algum tempo, o rural foi considerado como espaço atrasado, carente e que não conseguia interagir e integrar-se ao processo agrícola moderno, tão pouco com o urbano, era um fornecedor de mão-de-obra para o urbano, porém, segundo (GRAZIANO DA SILVA, 1999), o rural deve deixar de ser tratado com o fornecedor de matéria-prima e de mão de obra. Além de ele oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, dá a possibilidade de compartilhar e combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Nesta mesma linha de pensamento, Abramovay (2003, p. 52), relata que,

embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas [...].

Contrariando a ideia de que o rural é atrasado, Veiga (2003) mostrou por meio dos resultados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que, em 1995, a grande maioria dos municípios com melhor IDH no Brasil, ou seja, com melhor qualidade de vida, eram pequenos municípios, localizados no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Apesar deste novo pensar sobre a importância do rural para a economia, as Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil eram tratadas como meios necessários para o combate à fome, à seca e ao assentamento para os sem terra.

No entanto, a partir da segunda metade dos anos 90, um novo enfoque de compreensão sobre desenvolvimento rural ganhou destaque,

voltando a auferir força, possibilitando novos debates e interpelações sobre o tema.

Respalhando o exposto, Schneider, (2010, p. 512), acentua que,

[...] somente a partir da década de 1990, [...], as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Pela ótica de Schneider (2010), o fato de iniciarem as discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil na década de 1990 está relacionado com a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente. Então, a agenda do desenvolvimento vai incorporando múltiplas dimensões e recebendo as mais diversas adjetivações, que não carecem ser repetidas porque se transformaram em chavão.

Essas novas discussões também ganharam força, a partir do momento em que as classes reivindicatórias e contestatórias passam a ser proativas e propositivas, ganhando força e representatividade política, contribuindo para que o debate fortalecesse as políticas do novo pensar sobre o desenvolvimento rural.

Outros fatores foram determinantes para projeção da discussão, como: crescimento da agricultura familiar como uma categoria política; surgimento de novos estudos e pesquisas que fizeram emergir o debate sobre Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.

O resultado desse movimento influenciou a maior participação do Estado no meio rural, por meio das políticas para a agricultura familiar, como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras.

Assim, compreende-se que o rural: não é sinônimo de agrícola; é multissetorial (pluriatividade e multifuncional); sua população é relativamente baixa, sua existência não pode ser considerada isolada do

urbano e seu desenvolvimento tem por objetivo final a qualidade de vida e o bem-estar de sua população.

José Eli da Veiga, ao escrever o livro *Cidades imaginárias*, afirma que “o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Deixa evidente que grande parte do território brasileiro é rural, mesmo com os limites territoriais estabelecidos pelos estados.

A agricultura é parte integrante da economia e, com efeito multiplicador a partir da expansão capitalista e das novas formas de produção. Veiga (2001) diz que, o desenvolvimento rural passou a ser entendido como sustentação das grandes construções econômicas, sociais e ambientais, inclusive das unidades familiares, tendo em vista as restrições colocadas pela modernização produtivista, mostrando-se como estratégia de sobrevivência criada por famílias rurais com o intuito de assegurar sua produção. Ou seja, passou a destacar questões importantes como: a erradicação da pobreza no meio rural, participação ativa na política, e, ainda destacando-se como um espaço preocupado com a sustentabilidade ambiental.

Com o início da Revolução Verde, surgiram os principais efeitos da agricultura, os quais seguem atualmente, reflexos da globalização econômica e do surgimento de grandes empresas agroindustriais e varejistas que dominam o mercado mundial. Essas empresas constituem o que ficou denominado como agronegócio, “que consiste um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças.” (FERNANDES, 2008, p. 48). Destaca ainda que a dinâmica desse conjunto, bem como suas políticas, constituem padrão de desenvolvimento econômico dirigido por grandes empresas que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia.

Em uma conceituação geral, pode-se dizer que agronegócio envolve um aglomerado de empresas que operam na produção, processamento, distribuição e vendas de produtos agropecuários. Fazendo uso da modernização, de máquinas, insumos e novas técnicas produtivas que acabam aumentando a produtividade, ocasionando inclusive aumento da oferta mundial de alimentos.

Autores como Abramovay (1998), Lamarche (1993), ressaltavam que essas novas técnicas de produção eram dominantes nos países capitalistas avançados, causando efeitos econômicos positivos no desenvolvimento local, porém, negativos do ponto de vista ambiental.

Os aspectos negativos são relativos ao aumento das despesas com a agricultura e o endividamento dos agricultores; esgotamento do solo;

ciclo vicioso de fertilizantes; desaparecimento da biodiversidade; degradação do solo provocada pelos fertilizantes e redução da mão de obra no meio. Essas consequências são preocupações apresentadas por Furtado (1981), quando trata que, o progresso econômico deixa sérios impactos na natureza.

Mesmo com seus aspectos negativos, essas novas perspectivas sobre o desenvolvimento rural passam a ganhar destaque nacionalmente e ser foco de pesquisadores. Veiga (2000), diz o que desenvolvimento rural é uma forma conjunta de crescer e reduzir as desigualdades sociais, preservando ainda o meio ambiente. As pesquisas relacionadas ao desenvolvimento rural resultaram em ação do Estado na criação de Políticas Públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, como é o caso do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que financia tanto projetos individuais como coletivos, gerando renda aos agricultores e assentados da reforma agrária.

A agricultura familiar tem por característica um sistema de produção de domínio familiar, a qual ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e, os resultados econômicos e financeiros são percebidos somente no final do ciclo produtivo. (WANDERLEY, 2009).

Do ponto de vista econômico, social e produtivo, a agricultura familiar é o principal destaque nesse novo rural, tornou-se expressiva como categoria política, lutando de forma organizada, pelos melhores preços dos produtos, linhas de financiamento acessíveis e implantação da regulação da Previdência Social Rural. Porém, para Schneider (2010, 526), um dos desafios da agricultura familiar,

consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais ou *non-standards* (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de “economia da qualidade.

É importante ressaltar que no ano de 2013, o valor bruto da produção agropecuária brasileira era de R\$ 456,1 bilhões, dos quais R\$ 299,1 bilhões diziam respeito às lavouras, ou seja, o cultivo representava 65,5% do valor da produção. No ano de 2010, a agricultura empregava 11% da População Economicamente Ativa – PEA.

Esse novo espaço do desenvolvimento rural, a atenção dada à valorização da agricultura familiar, toda diversificação da economia, o

impulso às ações empreendedoras locais, dados por parte do Estado, fortalecem a importância da agricultura dentro do dinamismo da economia nacional e mundial.

3.3 O DESENVOLVIMENTO RURAL COMO PERSPECTIVA

Ao tratar de rural como perspectiva é necessário ter um conhecimento, do que se trata o desenvolvimento e o que na verdade é um território rural. O conhecimento de território rural, discutido anteriormente, aponta que “não existem critérios homogêneos”, mas cabe salientar que a baixa densidade populacional, paisagem e uma certa exclusão de bens e serviços dispostos nas cidades, são características para um breve conhecimento do território “rural”.

A questão do desenvolvimento, principalmente nas últimas cinco décadas, tem sido fonte de fortes discussões. Com isso, começou-se a introduzir ideias-força, atraindo assim, olhares mais aguçados como programas governamentais, debates intelectuais, motivando, grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças que esta noção poderia trazer.

Neste contexto, dentro das esferas sociais, que o debate sobre desenvolvimento adentrou no campo da política, permeando expectativas e interesses das disputas sociais (NAVARRO, 2001).

O desenvolvimento é discutido por diversas óticas. Celso Furtado (1980, p. 15), por exemplo, descreve que “o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, como referência histórica contemporânea, em dois sentidos distintos”: o primeiro refere-se à evolução de um sistema social de produção, no qual, mediante a acumulação e progresso das técnicas torna-se eficiente quando eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. O segundo trata que o desenvolvimento está relacionado com o grau de satisfação das necessidades humanas. Dentro desta concepção, a ambiguidade aumenta, pois em primeiro plano pode se tratar da satisfação das necessidades humanas elementares (alimentação, vestuário, habitação).

Essa questão toma um alinhamento histórico se acentuando com os anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. O primeiro período se inicia na década de 50 estendendo até o final de 1970 aproximadamente. Essa demarcação é percorrida pelos anos da “Guerra Fria” e seus modelos de sociedade, como também, foi um período com um impacto notável de crescimento econômico.

Neste intervalo que se materializou um padrão civilizatório dominante, que transformou o modo de vida, os comportamentos sociais, a acima de tudo, a possibilidade do desenvolvimento transformou, estimulou e alimentou iniciativas de transformação das sociedades.

Em geral, durante muito tempo, a questão do desenvolvimento rural era voltada à concepção de um conjunto de ações, para modernizar as regiões rurais mais pobres, ou seja, aquelas que não conseguiam se integrar ao processo da modernização, ou mesmo, utilizavam-se de fatores de produção “atrasados”.

Tal modernização é oriunda da utilização de máquinas, insumos e novas técnicas produtivas que acabam aumentando a produtividade, ocasionando inclusive aumento da oferta mundial de alimentos. O desenvolvimento rural, ao longo dos anos, foi associado aos conjuntos de medidas tomadas pelo Estado e às intervenções de organismos internacionais, que agiam sobre o processo de modernização agrícola e o processo de substituição dos fatores de produção que eram considerados atrasados (NAVARRO, 2001).

O termo rural e a questão do seu desenvolvimento é um processo sistêmico, articulando espaço, economia e sociedade rural e urbana. Mas, cabe salientar que há uma deficiência de autonomia que impede, conforme Denardi et al (2000, p. 4), que “um projeto de desenvolvimento rural possa ser forte instrumento da luta contra o viés urbano das políticas públicas.” Ou mesmo, algo que faça com que a sociedade volte a valorizar o meio rural.

Para Ploeg (2011, p. 130), o desenvolvimento rural é explicado da seguinte forma:

Os processos de desenvolvimento rural tanto remodelam as práticas de agricultura como são resultado de práticas mutantes nesta área. Uma vez que essas mudanças serão *parciais* (só ocorrerão em uma *parte* do setor agrícola), *desiguais* (algumas práticas de desenvolvimento rural serão mais desenvolvidas do que outras) e *diferenciadas* (práticas de desenvolvimento rural estão longe de ser uniformes; são, ao contrário, multidirecionais), o desenvolvimento rural certamente contribuirá para ampliar a heterogeneidade do setor agrícola, assim como é, em si, um processo heterogêneo. Ou seja, os estilos de agricultura vigentes serão afetados, tão

logo surjam novos estilos de agricultura (enquanto outros poderão desaparecer).

De certa forma, é necessário entender do que se trata o rural e o agrícola. Tendo como base de que o agrícola traz a ideia de ser uma atividade econômica e tem em suas atividades o manejo do solo com cultivo de plantas, como também a criação de animais, ou seja, atividades que estejam ligadas ao contato direto com a terra. Essas atividades complementam as atividades industriais e de prestação de serviços e não estão ligadas com as lutas da produção agropecuária.

O rural seria então, um recorte espacial de natureza, não atrelado diretamente às atividades econômicas. Nessas áreas podem ser realizadas tanto atividades agrícolas como não-agrícolas (ZAI, 2009).

Zai (2009, p. 24) ainda ressalta:

Reflexos crescentes do “novo rural brasileiro” remetem às atividades de prestação de serviços, que mais crescem nas áreas rurais e que são aquelas ligadas ao trabalho doméstico assalariado, refletindo, antes de tudo, os altos níveis de concentração de renda no país e o baixíssimo nível do salário mínimo vigente.

A realidade é que apesar de existir um aumento das atividades não-agrícolas no meio rural, as atividades agropecuárias ainda prevalecem, e terão um peso determinante por muito tempo. Atualmente, este é o formato do desenvolvimento rural brasileiro e que só tomará outro formato quando as mudanças nas formas de organização prevalecerem (ZAI, 2009).

No caso do Brasil, como é um país com grandes extensões territoriais, pode-se notar também, desigualdades regionais e com isso, surge a necessidade de políticas públicas adequadas para cada tipo de situação e região. Para isso, os diferentes locais deveriam reunir organismos governamentais, unidades produtivas, universidades, associações de produtores, sindicatos de trabalhadores e centros de pesquisa, com o objetivo de elaborar propostas, como também planos de desenvolvimento. Assim, desta forma, poderá contemplar e consolidar uma estrutura de crescimento autossustentável com geração de processos inovadores.

Ressalta-se que a visão de planejamento para desenvolvimento local, regional e nacional, no Brasil, teve seu embrião ainda na década

de 1930, diante das medidas tomadas pelo governo federal com foco no crescimento econômico. Mas, consolidou-se com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, como também das Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), e da Região Sul – SUDESUL (ÁVILA *et. al.*, 2013).

Neste período, tanto as políticas públicas quanto as discussões teóricas reemergiram conforme assinala Schneider (2010, p. 512):

Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais o estimula a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

No Brasil, o desenvolvimento rural passa a tomar força a partir da década de 1970. Neste período, o país se encontrava sob regime militar. Nas regiões mais ricas foram implementados modelos de modernização no setor agrícola, enquanto que nas regiões mais desfavorecidas, foram implantados uma série de programas. Isso causou transformações tanto sociais quanto econômicas às populações mais pobres, enquanto que as demais, com a absorção de novas tecnologias, resultaram em aumentos de produção e conseqüentemente um aumento na renda familiar (NAVARRO, 2001).

Navarro (2001, p. 84), também mostra que:

A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldada pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural. No Brasil, por exemplo, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o

Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da “modernização agrícola”).

Ávila et. al. (2013, p. 116) traz ainda o contexto da década seguinte e a promoção do planejamento do desenvolvimento rural:

Na década de 1980, o governo central manifestava interesse na promoção do planejamento e do desenvolvimento regional, mas viu-se forçado a concentrar seus esforços em ações e problemas emergentes na época, relacionados à crise econômica e ao ajuste estrutural enfaticamente sugerido pelos organismos financeiros internacionais. A década de 1990 foi caracterizada pela mudança de comportamento na política governamental, consoante às estratégias de planejamento e desenvolvimento.

Ou seja, um segundo período retrata o novo cenário de desenvolvimento rural. Demarcado pela década de 1990, diferentemente do outro período, surge como uma aparente impossibilidade de desenvolvimento, ou mesmo, com imensas dificuldades de materialização (NAVARRO, 2001).

Atualmente, o desenvolvimento rural, devido à necessidade de ações governamentais, precisa ser pautado por ações de financiamento e comprometimento do Estado para dar sustentação, subsídio e incentivo às famílias no meio rural. Ações como aceleração da Reforma Agrária, determinada por sanções da Lei Agrária de 1993, a criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que em 1998 se transformaria em Ministério de Desenvolvimento Agrário, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são exemplos de políticas direcionadas ao desenvolvimento e permanência do meio rural.

A questão do planejamento brasileiro traz um desafio como afirma Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 36) “passar de uma lógica de repartição setorial de recursos e de demanda de balcão.” Continua exemplificando:

Em primeiro lugar, a ação governamental pauta-se por *programas* que, em princípio, têm natureza multissetorial e cuja execução envolve diversos

segmentos da administração pública e da sociedade civil. Além disso, são fortalecidas organizações locais – os conselhos gestores formados com ampla participação social – responsáveis diretas pela gestão e controle de políticas públicas.

Em suma, ao tratar-se de desenvolvimento rural, na concepção de que o desenvolvimento rural abrange a formação de uma infraestrutura não apenas econômica, como também social, pública e privada. Esse desenvolvimento territorial visa orientar atores e estudos de políticas públicas e instituições, a partir de uma referência territorial. Para fins de redução da pobreza nestas áreas rurais, como também estimular processos de transformação tanto institucional como produtiva (ZAI, 2009).

Pode ser um processo de ações articuladas que são instituídas no intuito de induzir mudanças socioeconômicas, para melhorar a renda, qualidade de vida e o bem-estar das populações do meio rural.

Zai (2009, p. 25) também traz a concepção de que,

o desenvolvimento territorial rural é uma perspectiva que visa orientar ações e sugerir formas de se estudar e analisar a atuação dos atores, das políticas públicas e das instituições a partir de uma referência territorial.

Então, pode-se notar o crescimento da importância que se dá ao desenvolvimento sócio espacial e ao papel das organizações locais.

Um forte determinante para isso é a questão da descentralização, que, conseqüentemente, traz o fortalecimento de uma representação local, e faz com que apresente uma nova possibilidade para o desenvolvimento territorial rural. Com isso, podem-se obter soluções mais adequadas à realidade local, como também, as entidades políticas locais podem se tornar fortes e proporcionar maiores esforços para o desenvolvimento.

Conforme Ávila et. al. (2013, p. 117):

Podem-se explicitar estratégias de desenvolvimento através dos sistemas locais de produção, os quais possuem caracterizações conforme sua história, evolução, organização institucional, contextos sociais e culturais nos

quais se inserem, estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre agentes, formas de aprendizado e grau de disseminação do conhecimento local especializado.

O papel das instituições como fortalecedora para o desenvolvimento rural é discutido por Esteves (2012, p. 34):

A presença de associações e cooperativas é essencial para os produtores rurais servindo como elo aos mercados e novas tecnologias, a meio de conseguir melhores termos de transação, possibilidade de mudança na estrutura do mercado e a formação de *networks* pode determinar o processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma região, seja ela urbana ou rural, é o resultado de uma necessidade real, a qual tem como objetivo gerir mais e melhores fatores que possam impulsionar o desenvolvimento. Isso pode se dar na otimização dos recursos, ou mesmo, na garantia de uma participação ativa dos atores locais.

Também pode ocorrer pelo aproveitamento dos recursos e potencialidades exógenas de uma determinada região, na promoção de um ordenamento de atividades do território e principalmente, na participação dos cidadãos na resolução dos problemas.

Para se obter um desenvolvimento local é necessário a conciliação de políticas que impulsionem o crescimento. Uma organização da sociedade local pode transformar esse crescimento, com efeitos positivos, impulsionando o desenvolvimento.

Diante disso, pode-se afirmar que os estudos sobre desenvolvimento rural se ligam às melhorias generalizadas nas condições de trabalho e, conseqüentemente, na vida destas pessoas que habitam o meio rural. Como também, o acesso de bens e serviços, ampliação da justiça social, liberdade individual e autonomia para a construção de um projeto político coletivo disponibilizado aos cidadãos para garantir uma melhor qualidade de vida (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

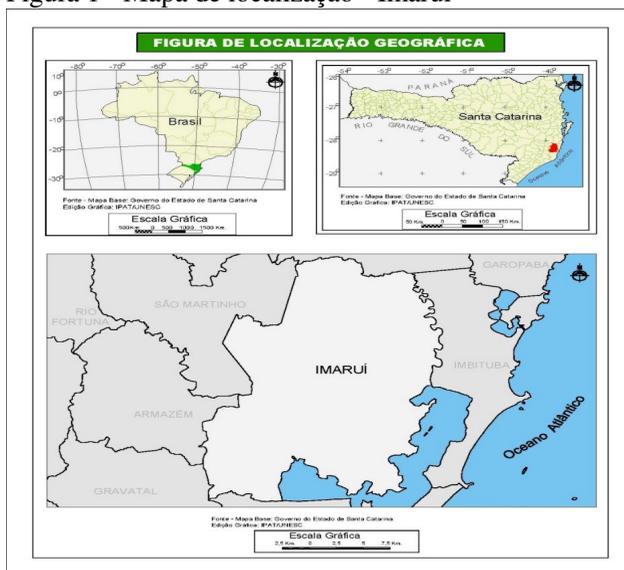
4 A TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ E A IMIGRAÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Este capítulo tem por objetivo descrever alguns aspectos sobre a trajetória do desenvolvimento socioeconômico do município de Imaruí, a iniciar pela sua origem, contextos políticos históricos, sua base econômica, sua relação com o município de Laguna - SC, e suas questões sociais.

4.1 LOCALIZAÇÃO E ORIGEM DO MUNICÍPIO

Imaruí possui uma área de 542,63 km² e uma densidade demográfica de 21,51 hab./km². Localizado a aproximadamente 110 km da capital do estado, Florianópolis, a 57 km do município de Laguna, a 75 km de Tubarão e 22 km do município de Imbituba (distâncias percorridas por vias terrestres). Situa-se na latitude: 28°20'29" Sul e longitude: 48°49'12" Oeste (IBGE, 2015). Pertence à Associação dos Municípios da Região de Laguna - AMUREL.

Figura 1 - Mapa de localização - Imaruí



Fonte: UNESC/IPAT, 2015

O município de Imaruí foi habitado por índios carijós, de origem Tupi-guarani, cuja evidência está na presença de sítios arqueológicos (sambaquis) em seu território. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, encontra-se a seguinte expressão:

Segundo a tradição, o nome é originário de “Maruim”, mosquito encontradiço na região. Em documentos antigos a grafia era “Imaruyh”. Há contudo, quem afirme que a denominação foi dada por uma tribo de índios que habitava o local. Segundo Lucas Boiteux, o vocábulo vem de “mberú” mosca e “i” pequena, ou seja, mosquito. (IBGE, 1959, p. 156-160).

Assim como aconteceu com outros municípios da região que tem nomes indígenas, o vocábulo Imaruí foi criado pelos índios carijós, de origem Tupi-guarani, que habitavam o território, mas, não significa dizer que é o mesmo local onde está localizada a cidade (SILVEIRA, 2013). Os índios batizavam quase todos os locais de caça e pesca, e outros acontecimentos. Atualmente no município de Imaruí, estão localizadas mais de seis localidades cujo nome tem origem Tupi-guarani: Samambaia (aquele que se torce em espiral); Itapeva (pedra chata ou lage de pedra); Itaguaçu (pedra grande); Taguaraçutuba (local com muita taguara grossa); Aratingaúba (deriva do termo Guaratingaúba, que significa árvore da garça branca) e Rio de Uma (rio preto), este último é conhecido como toda uma região do vale e não apenas como uma localidade (AMARAL, 2002).

Ainda com relação ao nome (SAMPAYO, 1928, apud, AMARAL, 2002), o “i” que BOITEUX traduz como “pequena”, não é o “i” que dá início ao vocábulo imaruí, e sim aquele do final da palavra que está acentuado. Ainda de acordo com (Sampayio, 1928, apud, Amaral, 2002), o termo “mberu-i”, deu origem aos termos: manoin; maruim e maruhy, cujo significado é o mesmo, mosquito, um substantivo derivado.

Esses termos foram escritos em cartas de sesmarias, doadas a lagunenses e descendentes de açorianos, para indicar a área de terra onde hoje se localiza a cidade e terras adjacentes. Mas, esses eram nomes populares e não o nome oficial do lugar (AMARAL, 2002).

Ainda segundo Amaral (2002), o “i” que inicia o vocábulo imaruí, foi ignorado por aquele que tenta explicá-lo. Este “i” inicial é originário do termo “y”, um substantivo primitivo, que em Tupi-guarani

significa, água ou rio. Assim, o vocábulo imarui deriva de dois termos justapostos: “y” (água ou rio) e maruhy (mosquito), ou seja, rio de mosquitos ou água de mosquitos. Desta forma, o substantivo principal é água ou rio e não mosquito, pois no Tupi-guarani o possuidor vem primeiro e o possuído depois, deste modo pode também significar lagoa de mosquitos, tendo em vista as águas lagunares que margeiam as áreas pantanosas, de fácil proliferação de mosquitos.

No que se refere à grafia do vocábulo, em documentos oficiais do início do século XIX ainda permanecia a escrita tradicional, ou seja, Imaruhy. Porém, no decorrer do mesmo século, na ortografia portuguesa, o “h”, quando separava hiato, foi suprimido, e, em 1904 o “y”, em palavras de origem tupi-guarani, foi substituído pelo “i”, sendo somente oficializado no Brasil em 1934 (COUTINHO, 1976, apud, AMARAL, 2002).

4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS: DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS À FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

Ao longo da história não se encontra data precisa sobre a ocupação das terras do município de Imaruí. Farias, (1998), afirma que a Freguesia de Vila Nova, atual município de Imbituba, foi o ponto inicial para formação e ocupação das terras do município de Imaruí, com a chegada de casais açorianos, a partir de 1747, principalmente aqueles nos limites de Imaruí e Imbituba. Outra fonte a qual se usará como principal diz respeito aos dados do IBGE publicados na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959, p. 156), a qual afirma que,

Foram lagunenses os primeiros moradores da zona onde se situa a cidade de Imaruí, todos eles pescadores em busca de melhores paragens para seus misteres. Acredita-se que essa primeira colonização tenha sido anterior a 1800.

E, segue afirmando e relacionando os nomes dos primeiros moradores,

Entre os primeiros moradores, destacam-se o capitão de Barco João Vieira Rodrigues, vindo do antigo Destêrro, José Inácio Vieira da Rocha, gaúcho, que acompanhara os "Farrapos" até Laguna, mudando-se, depois, para Imaruí, em companhia de seus filhos Luís elipe Barreto, professor Antônio Nunes Barreto, Padre Felipe

Feliz Barreto, José Feliz Barreto e Feliciano Barreto e, ainda, José da Rocha Pôrto, armador de barcos, natural do Rio de Janeiro.

Após esse início, novas terras foram sendo ocupadas por lagunenses ao longo de toda extensão da lagoa, ou então, requeridas por sesmarias, pois suas terras de solos arenosos apresentavam limitações para agricultura, ao contrário das terras imaruenses. Segundo Amaral (2002), muitos ocuparam as terras com agricultura e passaram a residir no local, porém, sem que as terras fossem requeridas, outros requereram as terras por sesmarias e também a cultivavam, cujas lavouras abasteciam parte do comércio lagunense, como também outras cidades brasileiras, porém, não moravam nas terras requeridas.

As concessões iniciaram em 1770, com João José de Leão, morador da vila de Laguna, a adquirir 400 braças¹ em quadra, na margem esquerda do Rio Siqueiro; atualmente a localidade de Sítio Novo. Outros lagunenses como Thimótio Cordeiro e Francisco José de Bittencourt adquiriram terras na mesma localidade, mas, não se sabe se por sesmarias. Em 1788, o Capitão Francisco de Souza França, foi o primeiro lagunense a requerer a posse de terras por sesmarias, possuía uma considerável área, com engenhos e escravos que eram empregados na lavoura para o comércio, pois era possuidor de uma importante casa comercial do Sul da Capitania (AMARAL, 2002).

No que diz respeito à ocupação das terras na localidade de Imaruí, a primeira informação é de 1774, quando Maria do Espírito Santo, filha de um casal açoriano de Vila Nova e viúva de Bartolomeu Roiz Pereira, requereu por sesmaria 400 braças em quadra no local (AMARAL, 2002).

Após esse período outros moradores oriundos de Laguna também requereram por sesmarias, terras no mesmo local, como também em todo território de Imaruí, as quais foram concedidas pelo Governador da Província. Fato esse que favoreceu e seu desenvolvimento agrícola.

O local onde atualmente é a sede do município, no final do século XVIII, torna-se um centro de comercialização de produtos agrícolas de todo território imaruense, os agricultores comercializavam seus produtos, principalmente com o comércio de Laguna. Mas, o pequeno

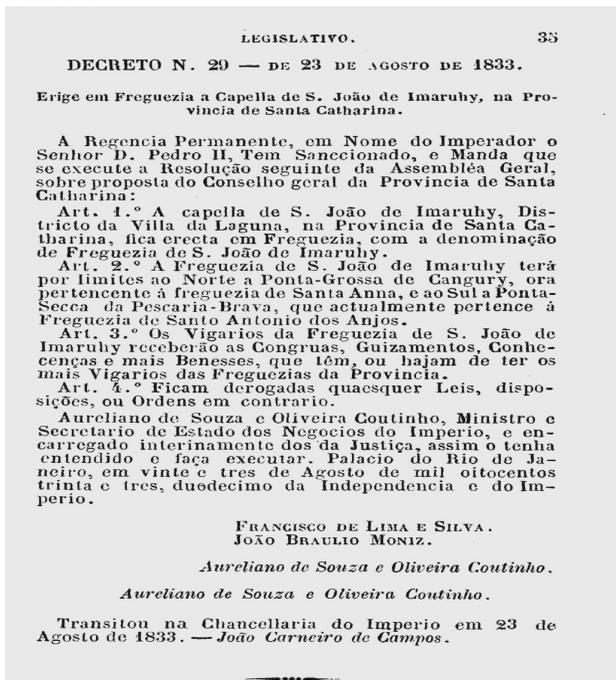
¹ Antiga medida de comprimento equivalente a 2,20 metros. Apesar de antiga, ainda é usada e compreendida por muitos trabalhadores rurais e outras pessoas envolvidas com o meio rural.

povoado também mantinha laços comerciais com os tropeiros que desciam a Serra Geral, pelo morro da igreja, vindos da região de Lages, que traziam seus produtos, em especial o charque. Eram conhecidos como “Serranos”, desciam aquela serra, margeavam o Rio Laranjeiras, e seguiam em direção a atual cidade de Braço do Norte e Gravatal, de lá margeavam a direita do Rio Capivari até a atual localidade de Bom Jesus, em São Martinho, posteriormente seguiam pela estrada do Tapado (São Tomás), em direção a Aratingaúba. Cruzavam Imaruí, Vila Nova, até chegar em Laguna onde comercializavam seus produtos. A estrada era conhecida como a estrada dos tropeiros ou do Imaruí (DALL’ALBA, 1973; GOULARTI FILHO, 2014).

Retornavam carregando, sal, fósforo, querosene, tecidos, panelas, louças e outras ao passarem por Imaruí.

Em 1833, pelo Decreto nº 29 de 23 de agosto, foi então criada a Freguesia de São João Batista de Imaruí. Decreto este que pode ser observado na sua íntegra na figura 2.

Figura 2 - Decreto da criação da Freguesia de São João Batista de Imaruí



Fonte: Brasil, 2015

Essa Freguesia muito sofreu por ocasião da Guerra Civil dos Farrapos, que se estendeu até o território de Laguna, onde foi proclamada a República Juliana. A insegurança civil antes deste desfecho fez com que muitas famílias deixassem Laguna e fossem procurar refúgio e moradia em Imaruí, por volta de 1839. Tal situação gerou indignação a Canabarro, que ordenou a Garibaldi, a invasão e o saque de Imaruí, não só para suprir a falta de mantimentos das tropas, mas como uma forma de castigo aos moradores do lugar, que haviam se colocado contra a República Juliana e a favor do Império. Não somente as casas comerciais foram saqueadas, mas, também as residências. Fala-se que tal saque e massacre resultaram em mais de cem mortos (COSTA, 2003; DALL'ALBA, 1973).

A freguesia somente desmembrou-se administrativamente de Laguna e tornou-se município com a promulgação do decreto número 22 de 27 de agosto de 1890. Sua instalação ocorreu de forma festiva em 22 de setembro do mesmo ano. A partir da constituição do município passaram a existir algumas trajetórias, sendo elas de cunho administrativo, econômico e social, e, que serviram como descrição do desenvolvimento do município.

4.3 FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE IMARUÍ

A história da formação e influência política de Imaruí esteve ligada fortemente à família Bittencourt, iniciando quando Jerônimo Luiz Bittencourt tornou-se Intendente em 1891. O Município foi governado por Intendentes até 1930, quando, o então Governador do Sul, Ernesto Lacombe, com sede em Tubarão, nomeia os oito prefeitos do Sul, entre eles o Sr. Pedro Bittencourt, neto de Jerônimo Luiz Bittencourt (ANDRADE, 1984; SILVEIRA, 2013).

Figura 3 - Decreto da nomeação de Pedro Bittencourt



Fonte: Acervo de Silveira (2015)

O poder local e a forma de geri-lo e mantê-lo, foi cultivado em família, como o mais respeitável e precioso bem. De forma silenciosa e

protecionista, o poder era passado de mão em mão, entre os membros da família Bittencourt.

O mais hábil político da cidade, certamente foi o Sr. Pedro Bittencourt, filho de Ezaú Bittencourt, e neto de Jerônimo Luiz Bittencourt. Coube a Ezaú como primeiro Secretário da Administração municipal, elaborar o primeiro Orçamento Municipal, cargo ocupado por ter lutado fortemente pela emancipação de Imaruí. Isso significou o poder de sucessão, o poder de distribuir as rendas do município. Desta forma, começaram a ser colhidos os primeiros reconhecimentos.

Ezaú, além da vida política era parteiro e prático homeopata, conhecimentos que facilitavam seu relacionamento com as famílias do local, uma vez que a figura do médico ainda não estava presente no município e arredores. Esta condição facilitava no aconselhamento das famílias, bem como em ouvir seus problemas, uma vez que gozava da confiança e intimidade. Pedro Bittencourt cresceu neste ambiente, conhecendo então, a importância do prestígio público, do reconhecimento pessoal e da popularidade (ANDRADE, 1984).

Andrade (1984), diz que, Pedro Bittencourt viveu neste clima até os 15 anos, quando então resolveu correr e conhecer o mundo. Nas suas andanças, participou das revoluções no Rio Grande do Sul. Alguns anos após a derrota, reapareceu em Imaruí, e passa a viver na clandestinidade, saindo de Imaruí para o Rio Grande do Sul apenas para tratar de assuntos políticos. Em 1929, em uma dessas reuniões políticas conhece Nereu Ramos, passando a ser seu seguidor. Essa relação política o leva ao cargo de prefeito do município.

A partir da nomeação de Pedro Bittencourt ao cargo de prefeito, em 1930, tanto a prefeitura como as demais repartições de caráter público estiveram, na maioria das vezes, nas mãos na família Bittencourt, e, quando não ocupada de forma direta, foi controlada por pessoas que de alguma forma, mantinham estreitas ligações com a família.

Este controle pode ser visto no quadro 2. Até 1947 os prefeitos eram indicados/nomeados, a partir de 1948 passaram a ser escolhidos por voto popular, e, de 1970 em diante elegia-se também o vice-prefeito.

Quadro 2 - Prefeitos ao longo da história

(continua)

| Data | Nome | Forma | Vínculo com Bittencourt |
|--|------------------------------|---|--------------------------------|
| 09/10/1930 | Pedro Bittencourt | Decreto Estadual | |
| 16/11/1945 | Valmor Aguiar Borges | Intervenção Federal | |
| 22/12/1945 | Libero de Camilo | Intervenção Federal | |
| 16/02/1946 | Pedro Bittencourt | Intervenção Federal | |
| 02/05/1947 | Jessé Silva | Nomeação Governo do Estado | |
| 05/01/1948 | Pedro Bittencourt | Voto popular | |
| 30/01/1951 | Pedro Manoel Albino | Voto Popular | (*) |
| 29/03/1951 01/09/1951 a 02/01/1952 01/04/1952 a 03/01/1953 02/04/1953 a 11/01/1954 02/03/1954 a 01/11/1954 01 a 15/12/1954 | Vereador Epitácio Bittencurt | Presidente da Câmara – Pedro licencia-se do cargo | Filho de Pedro Bittencourt |
| 15/12/1954 | Vereador Benjamim Bez | Presidente da Câmara | (*) |
| 28/02/1955 | Vereador Benjamim Bez | Renúncia do prefeito Pedro Manoel Albino | (*) |
| 31/01/1956 | Pedro Bittencourt | Voto popular | |
| 31/01/1961 | Carlos Eduardo Faust | Voto popular | (*) |

Quadro2 - Prefeitos ao longo da história

(continuação)

| Data | Nome | Forma | Vínculo com Bittencourt |
|-------------|---|---|---|
| 13/03/1964 | Vereador Pedro Manoel Albino | Renúncia do prefeito Carlos Eduardo Faust | (*) |
| 19/03/1964 | Vereador Portinho Bittencourt | Licença do prefeito Pedro Manoel Albino | Filho de Pedro Bittencourt |
| 31/01/1966 | Portinho Bittencourt | Voto popular | Filho de Pedro Bittencourt |
| 31/01/1970 | -Dr. Haylor Drelambre Dias – vice: Ari Delfino | Voto popular | Médico trazido à Imaruí por Pedro Bittencourt – |
| 31/01/1973 | Portinho Bittencourt – vice: Gustavo Custódio de Oliveira | Voto popular | Filho de Pedro Bittencourt |
| 01/02/1977 | -Dr. Haylor Drelambre Dias – vice: Lúcio Carlos Faust | Voto popular | Haylor: Médico trazido à Imaruí por Pedro Bittencourt – Lúcio: Esposo da sobrinha de Pedro Bittencourt |
| 01/02/1983 | Portinho Bittencourt – vice: Pedro Manoel Albino | Voto popular | Filho de Pedro Bittencourt |
| 22/10/1984 | Pedro Manoel Albino | Falecimento do Prefeito Portinho | (*) |

Quadro2 - Prefeitos ao longo da história

(continuação)

| Data | Nome | Forma | Vínculo com Bittencourt |
|-------------|--|---|--|
| 28/02/1986 | Lúcio Carlos Faust – vice: Dr Haylor Drelambre Dias – vice: | Renúncia de Pedro Manoel Albino – eleitos pela Câmara de Vereadores | Lúcio: Esposo da sobrinha de Pedro Bittencourt – Dr. Haylor: Médico trazido à Imaruí por Pedro Bittencourt – |
| 01/01/1989 | Epitácio Bittencourt Sobrinho – vice: Rui José Candemil | Voto popular | Neto de Pedro Bittencourt |
| 01/01/1993 | Dr. Airo Aurino Fernandes (vice prefeito) | O prefeito eleito Lúcio Carlos Faust, falece antes da posse | (*) |
| 01/01/1997 | Dr. Odimar Pires Pacheco – vice: Pedro Manoel Roussenq | Voto popular | (*) |
| 03/04/1998 | Pedro Motta Roussenq | Renúncia Odimar Pires Pacheco | (*) |
| 01/01/2001 | Epitácio Bittencourt Sobrinho – vice: Jairo Teixeira Martins | Voto popular (Acusado de abuso de poder). Eleição sub judice | Neto de Pedro Bittencourt |

Quadro2 - Prefeitos ao longo da história

(conclusão)

| Data | Nome | Forma | Vínculo com Bittencourt |
|-------------|---|---------------------|--------------------------------|
| 05/02/2003 | Pedro Motta Roussenq – vice: Braz Guterro | Decisão Judicial | (*) |
| 01/01/2005 | Braz Guterro – vice: Adilson Luiz Dutra | Voto popular | (*) |
| 01/01/2009 | Amarildo Matos de Souza – vice: Edisson Wagner Rodrigues | Voto popular | (*) |
| 01/01/20013 | Manoel Viana de Souza – vice: Elina Vieira Roussenq | Voto popular | (*) |

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Andrade (1984) e Silveira (2013)

(*) não encontrado durante a pesquisa evidências de garantia de vínculo

Pedro Bittencourt ocupou a cadeira de prefeito por aproximadamente 25 anos, quando não a ocupava, revezava com pessoas da sua confiança. Seus descendentes passaram a se identificar com a vida pública e a trabalhar incessantemente para manutenção e continuidade do domínio. De forma geral pode-se dizer que este domínio permaneceu até as eleições de 03 de fevereiro de 2003 quando Eptácio Bittencourt Sobrinho, eleito nas eleições de 03 de outubro de 2000, deixa a prefeitura, após intervenção judicial, pois a eleição municipal estava *sub judice*, visto que respondia por abuso de poder.

Essa dominação política pode ser percebida nas narrativas dos entrevistados da pesquisa, “[...] o município de Imaruí desde a década de 30 foi dominado pelo um mesmo grupo político e que perdurou isso até 96” (E5).

Historicamente uma família X dominou o município durante muito tempo, e meio que teve

as rédeas sobre as questões sociais, sobre questão financeira porque tinha uma influência muito forte em cima de todas as ações que movimentam o desenvolvimento do município. (ENTREVISTADO 7).

O domínio político era exercido de diversas formas estratégicas,

[...] o desmembramento de São Martinho² de Imaruí foi um desmembramento facilitado pelo grupo que dominava o município, porque o maior foco de oposição ao regime estava em São Martinho, então eles encontraram uma forma de continuar, de permanecer no poder por mais um período, se livrando de São Martinho, se livrando de São Martinho e, isso deu fôlego pra eles continuar mais três décadas a frente do município, porque os principais candidatos oposicionistas eram de São Martinho e cada eleição que passava a diferença de voto estava diminuindo [...] (ENTREVISTADO 5).

O entrevistado 1 narra a seguinte história,

aqui nessa comunidade, é uma historiazinha, tinha um cabo eleitoral e ai falou com o prefeito velho antigo Pedro Bittencourt, já morreu não sei quantos anos [...] ai esse cara daqui que eles chamavam de (...) cabo eleitoral dele né [...] ai um dia falou com ele assim, que a Tupi tinha algo que queria comprar uma área aqui na fazenda São Paulo que era muito próprio pra colocar um uma filial da Tupi, ele assim, nem fala rapaz se vier indústria pra cá nós vamos perder o poder.

Essa mesma história é confirmada pelo entrevistado 6, “[...] não, não vou levar pra lá, porque vocês são uma empresa grande e tirar o poder da minha mão”. Apesar dessas afirmações, esta questão não pode ser vista como uma verdade única, pois não foram encontradas outras evidências, que pudessem reafirmá-las, mesmo com a escolha aleatória

² São Martinho foi elevado à categoria de município em 1962, pela lei estadual nº 854, de 14/11/1962.

dos entrevistados. Esse domínio perdurou em Imaruí por mais de 60 anos, deixando marcas que podem ter influenciado o desenvolvimento do município. Essa constatação foi descrita em vários relatos dos entrevistados.

[...] Então, as questões políticas elas foram se arrastando e hoje elas continuam muito evidentes. [...] com certeza absoluta significa um entrave muito grande pra história de não crescimento do município, porque não só a população não cresce, ela, pelo contrário, vem decrescendo, mas toda a questão econômica de desenvolvimento ela ficou praticamente emperrada em função dessas brigas políticas, principalmente pelas brigadas partidárias. (ENTREVISTADO 7).

O domínio político deixou marcas ao longo da história do município, e, pelo que pôde ser constatado foi um dos grandes fatores que influenciaram no crescimento e desenvolvimento econômico do município. Esta forma de domínio ainda são resquícios da velha república³ (1889 a 1930), movidos pelos interesses políticos e econômicos em troca de favores pessoais.

O controle do poder trouxe reflexos não somente nas questões políticas, mas, pôde ser sentido também na economia do município, como relatado pelos entrevistados, os quais afirmaram que esse poder prejudicou a instalação de indústrias no município. Não se pode atestar que essas proibições poderiam ter mudado o curso da base econômica do município, mas, pode-se assegurar que o gestor municipal deveria por obrigação promover e ser um facilitador para o desenvolvimento de sua cidade.

4.3.1 O domínio nas repartições públicas e judiciárias

O domínio em Imaruí não se deu apenas na política, mas se ramificou também com as instalações dos cartórios e com a criação dos órgãos de utilidade pública, pois o patriarca da família sabia da importância de cada um deles para seu controle político. Então, em cada

³ Período em que a elite cafeeira paulistana e mineira revezava o cargo da presidência da República movida por seus interesses políticos e econômicos.

órgão do poder judiciário e/ou de utilidade pública, seja de caráter público ou privado, lá estava um representante dos Bittencourt.

Quadro 3 - Ocupação das repartições públicas e judiciárias

| Órgãos Judiciários e Públicos | Nome | Vínculo com Bittencourt |
|--|---|--|
| Cartório de Crime, Cível e anexos | Lúcio Carlos Faust (titular) | Esposo da sobrinha de Pedro Bittencourt |
| Cartório de Registro Civil | Heriélcio Jacques Dias (oficial) | Filho de Bráulio Dias, amigo íntimo de Pedro Bittencourt |
| Tabelionato | Valor Corrêa (titular) | Genro de Pedro Bittencourt, casado com Líbia Bittencourt Correa |
| Registro de Imóveis | Maria Regina Carvalho Bittencourt (titular) | Nora de Pedro Bittencourt, casada com Políbio Bittencourt Correa |
| Cartório Eleitoral | Lúcio Carlos Faust (titular) | Esposo da sobrinha de Pedro Bittencourt |
| Juiz de Paz | Joaquim Medeiros | Compadre de Pedro e de Portinho Bittencourt |
| Oficial de Justiça | Américo Martins Vieira | Compadre de Pedro Bittencourt |
| Coletoria ⁴ Estadual | Ari Delfino | Pessedista de confiança e vice-prefeito de portinho Bittencourt |
| Coletoria Federal | Custódia Ribeiro Bittencourt | Nora de Pedro Bittencourt, casada com Vicente Pinzón Bittencourt |
| Coordenação local de ensino | Albi Israel da Silveira (coordenador) | Cunhado de portinho Bittencourt |
| Posto de Saúde | Haylor Drelambre Dias | Médico trazido à Imaruí por Pedro Bittencourt |

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Andrade (1984).

⁴ Repartição pública onde se pagam impostos.

Este domínio político estendeu-se ainda nas mais variadas entidades, como: clubes recreativos, capelas e paróquias, colégios, rádio local, hospital, clubes de futebol, estádio de futebol, ginásio esportivo, onde existisse uma entidade, lá estava à marca Bittencourt, que, quando não administrava diretamente, tinha em sua direção ou composição diretiva o nome de pessoas, ligadas diretamente à família. Pedro Bittencourt enquanto viveu, fazia questão deste domínio, o qual foi preservado por seus descendentes, mesmo após sua morte em 1982.

4.4 FORMAÇÃO ECONÔMICA DE IMARUÍ

As lagoas de Imaruí e Mirim são testemunhas de muitos acontecimentos históricos e econômicos, e as principais influenciadoras da ocupação espacial do município e pela sobrevivência de muitas famílias desde o início da colonização, porém, os primeiros moradores, quase em sua maioria eram agricultores, que deixaram Laguna em período de conflitos.

A característica geográfica do território, montanhas, rios, lagoas, contribuía para formação econômica, que gira em torno da agricultura e da pesca. Atualmente o município é dividido em 38 comunidades⁵, sendo que 19 delas se localizam ao redor das lagoas, são elas: Sítio Novo, São Tomás, Costa de Baixo, Fazenda Rio das Garças, Recanto das Flores, Ponta Grossa, Ribeirão de Imaruí, Praia do Lessa, Centro, Prainha, Taquaraçutuba, Tamborete, Itaguaçu, Itapeva, Cangueri de Fora, Praia Vermelha, Nazaré e Fazenda São Paulo. As características dessas comunidades podem ser observadas no quando 3.

Quadro 4 - Características das comunidades

(continua)

| Comunidade | Característica |
|-------------------|-----------------------|
| Águas Mornas | Agrícola |
| Aratingaúba | Agrícola |
| Barreiros | Agrícola |
| Canguerí | Mista |
| Canguerí de Fora | Mista |
| Centro | Mista |

⁵ Dados das entrevistas

Quadro 4 - Características das comunidades

(continuação)

| Comunidade | Característica |
|------------------------|-----------------------|
| Costa de Baixo | Agrícola |
| Fazenda Rio das Garças | Mista |
| Fazenda São Paulo | Agrícola |
| Figueira Grande | Agrícola |
| Forquilha do Rio D'uma | Agrícola |
| Itaguaçu | Pesqueira |
| Itapeva | Pesqueira |
| Laranjal | Agrícola |
| Nazaré | Pesqueira |
| Passagem do Rio D'uma | Agrícola |
| Ponta Grossa | Pesqueira |
| Porto do Aratingaúba | Agrícola |
| Praia do Lessa | Pesqueira |
| Praia Vermelha | Pesqueira |
| Prainha | Pesqueira |
| Recanto das Flores | Mista |
| Riacho Ana Matias | Agrícola |
| Ribeirão de Imaruí | Pesqueira |
| Ribeirão do Cangueri | Agrícola |
| Rio Prainha | Agrícola |
| Samambaia | Mista |
| São Luís | Agrícola |
| São Tomás | Agrícola |
| Sertão do Aratingaúba | Agrícola |
| Sertão do Canguerí | Agrícola |
| Sítio Novo | Mista |
| Tamborete | Pesqueira |

Quadro 4 - Características das comunidades

(conclusão)

| Comunidade | Característica |
|--------------------|-----------------------|
| Taquaraçutuba | Pesqueira |
| Três Cachoeiras | Agrícola |
| Várzea do Rio Dúna | Agrícola |
| Vila dos Rochas | Agrícola |
| Vila Herculano | Agrícola |

Fonte: Dados da Pesquisa

Algumas comunidades como Ponta Grossa e Prainha dedicaram-se quase que exclusivamente à pesca, pois o terreno irregular dessas comunidades não contribuía para o desenvolvimento da agricultura, apesar de haver alguns pequenos cultivos para o consumo familiar. Mesmo nas comunidades que estão em torno da lagoa, as quais vivem(ram) da pesca, encontram-se traços da agricultura de subsistência, pois essas são características de comunidades rurais, onde há o complemento da renda pelo cultivo ou para o próprio consumo.

4.4.1 Atividades agrícolas: transformação e comercialização da produção

A agricultura está muito presente em Imaruí, pois foi a primeira atividade a ser explorada a partir da ocupação das terras. A policultura foi o sistema base, já que é típica da cultura açoriana que habita o litoral. Ao longo da trajetória das atividades agrícolas vários foram os cultivos, tais como: trigo, feijão, arroz, café, algodão, cana-de-açúcar, mandioca. Algodão e trigo foram cultivados em praticamente todas as propriedades, porém, em pequena escala e para consumo e aplicação nas necessidades diárias.

As culturas do arroz e do café eram muito incentivadas porque alcançavam boa aceitação no comércio (COSTA, 2003). O plantio do café era favorecido pela boa terra nas encostas dos montes e protegidos da ação dos ventos pelos morros; já as várzeas eram propícias para o plantio do arroz, porém, era feito de forma manual e artesanal.

Os agricultores não apenas plantavam, mas transformavam os cultivos em outros produtos, como farinha de mandioca, açúcar mascavo, melado, como bem se pode observar nas entrevistas de campo,

como relata o entrevistado 1 “[...] só na nossa comunidade tinha 30 engenho de farinha a boi”, e continua, “tinha uma época que tinha 35 engenho [...] aqui tinha também uns quatro cinco engenho que fabricavam açúcar grosso, mascavo, tinha alambique, tinha muita plantação de cana, meu pai plantava muita cana, fazia açúcar.”

Os engenhos de farinha de mandioca que ainda existem já não funcionam mais por tração animal, e sim, de forma mecanizada, ganhando em produtividade, mas encontrando dificuldades para obter o tubérculo, pois a área plantada no município não acompanha a capacidade instalada. “Os engenhos que têm uma produção maior né [...] mas assim ó, esses engenhos eu não sei como é que vai ficar daqui a dez anos, porque a tendência também é, continuar reduzindo a área de produção né, então hoje vários engenhos daqui, se pegar os engenhos de Samambaia (localidade de Imaruí) eles vão buscar muita mandioca em Sangão⁶” (ENTREVISTADO 3).

As necessidades dos agricultores de Imaruí não estavam somente na relação com o cultivo das terras, uma vez que também dependiam de outros produtos, então, mantinham uma estreita relação comercial com o município de Laguna, pois se tratava de um grande centro comercial do sul do país, seus portos movimentavam uma próspera economia.

Segundo Costa (2003), muitas mercadorias eram comercializadas no mercado de Laguna, os agricultores comercializavam: café, farinha de mandioca, feijão, milho, lenha, aves, ovos, tijolos, telhas, banha e alguns outros produtos, e, ao retornarem traziam em seus grandes barcos de convés, diversos produtos como: o sal, o fósforo, a querosene e os tecidos. Esta relação comercial pode ser confirmada no decorrer da pesquisa,

antigamente aqui o meu avô tinha uma serraria, levava madeira pra Laguna com uma canoa de convés pegava aqui na beira da estrada e ia pra Laguna vendia e trazia de tudo de volta [...], ia o café, a banana, galinha, lenha, farinha. [...] Transportavam pra Laguna. Ai entravam na Doca ali, tinha a Doca ali, não sei se o senhor já viu, ali eles paravam uma semana vendendo as coisa, [...] e traziam mercadoria que aqui não tinha [...], roupa, querosene, sal. (ENTREVISTADO 1).

Outro entrevistado reafirma,

⁶ Município situado no Sul de Santa Catarina

[...] o pessoal descia que nós dizia colona ali na região de São Luiz, Vargem do Cedro e até um pouco mais pra cima o pessoal trazia é, carne de porco, banha, é galinha não tem, que eles vinham com o cavalos, com os cargueiros e na minha comunidade que é Aratingaúba inclusive nós tinha o porto que é porto de Aratingaúba não tem, então o pessoal trazia até aquela localidade com tração animal né, o próprio carro de boi com lenha, com laranja, com açúcar, o próprio açúcar mascavo não tem, que levava pra Laguna que era o destino, é via marítima que tinha o rio, ia pra lagoa dali ia de canoa pra Laguna e de Laguna de volta trazia aquilo que a gente não tinha aqui na época nós não tinha era querosene, era o sal era [...] (ENTREVISTADO 6).

Percebe-se a forte relação comercial que houve entre Imaruí e Laguna, quando da ligação marítima entre elas, e, do importante papel comercial que o porto de Laguna desempenhava; entretanto, a partir do momento em que o porto começou a encontrar dificuldades para se manter comercialmente viável, essas dificuldades refletem diretamente na economia.

Essa conexão econômica pode ser sentida durante as entrevistas,

a economia de Imaruí até o final da década de 50, início da década de 60 foi uma economia extremamente dependente da economia de Laguna, e uma economia complementar à economia de Laguna. Quando o porto começa a não ser mais competitivo, [...], entra em crise. Esse fato associado à construção da ponte cabeçudas que prejudicou o deslocamento marítimo, acabaram dificultando, a relação comercial. A partir de então, o município de Imaruí não encontrou uma alternativa econômica. Não houve um pensamento no sentido de encontrar uma alternativa local, [...], rumos próprios de se desenvolver e como não foi pensado, a economia acabou ficando muito vulnerável, e grande parte dos empreendedores do município acabaram vendendo as propriedades que tinham e se deslocando pra outras cidades. (ENTREVISTADO 5).

A partir da segunda metade dos anos 60, o plantio da mandioca começa a perder forças. Os motivos estavam associados ao uso intenso das terras, sem a prática do descanso, ocasionando perda da fertilizada, associado a isso estava a queda do preço da mandioca, uma vez que seu principal derivado a farinha, começa a perder espaço, devido a mudança na prática de hábitos alimentares da população, que passou a consumir outros produtos, a exemplo o arroz (AMARAL, 2002).

Segundo dados do IBGE, em 1970 foram plantados cerca de 573 hectares de cana-de-açúcar e colhidas aproximadamente 11.500 toneladas. No ano de 1985 a área plantada foi de 380 hectares, o que significou uma redução de 50,8%.

4.4.2 Mudanças no modelo agrícola a partir de 1970

A agricultura era uma atividade de significado valor econômico para o município, que por anos abasteceu o mercado de Laguna com farinha de mandioca e açúcar mascavo. Os principais produtos derivados da cana-de-açúcar e da mandioca tinham baixa comercialização, o açúcar mascavo era vendido em quantidade bem inferior ao da farinha, e a produção da aguardente não era significativa, pois o consumo interno era pequeno e a comercialização com Laguna era dificultada pelos impostos sobre comercialização, desta forma desestimulando a produção (AMARAL, 2002). Os dados do IBGE apontam que em 1970 eram cultivados 3145 hectares de mandioca, caindo para 2.019 hectares em 1985.

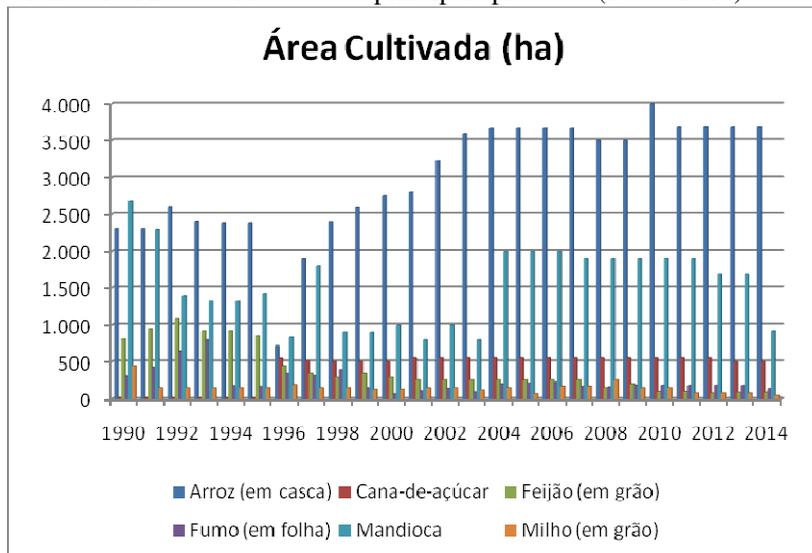
Isso fez com que os agricultores das localidades pesqueiras voltassem à atividade da pesca, pois era uma das poucas possibilidades. Pode-se dizer que esta crise contribuiu para a grande migração ocorrida no município. Mas, aqueles que optaram em permanecer na agricultura buscaram outras formas de cultivos, dentre elas, plantio do fumo, que substituiu em grande parte a mandioca.

No início dos anos 70, conforme dados do IBGE, havia 465 hectares plantados, porém, em 1985 já eram 814 hectares, esse aumento se deu principalmente pelo acesso ao crédito com juros subsidiados. Nas palavras de Amaral (2002), as empresas fumageiras incentivavam o plantio, dando aos agricultores a assistência técnica necessária e lhes financiando os insumos.

Ao mesmo tempo em que aumentava a produção do fumo, o cultivo do feijão vinha na mesma direção, pois após a colheita do fumo, as mesmas terras eram utilizadas para o plantio do feijão e por algumas

vezes, para o milho. A evolução dos cultivos desses produtos pode ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Áreas cultivadas dos principais produtos (1990 -2014)



Fonte: Dados da Pesquisa

Com o passar do tempo, a agricultura foi se transformando e se adaptando, e, algumas culturas continuam sendo cultivadas, ao mesmo tempo em que outras foram incorporadas. Marauí é um município tipicamente rural, que sofreu fortes impactos políticos e econômicos, mas que ao longo da trajetória também se adaptou a outros arranjos agropecuários como: criação de gado de corte e leite; plantação de palmeira real; e eucalipto. Enquanto que alguns cultivos foram abandonados, por falta de mão de obra, ou desestimulação econômica, outros se sustentaram (cana-de-açúcar, mandioca).

Há também aqueles que se fortaleceram principalmente quando passaram a ganhar incentivos do governo, no caso específico, o arroz, que passou a ser mais explorado, a partir do Programa PROVÁRZEA⁷, atualmente, são cultivados 3.696 hectares com esse cereal, essas terras

⁷ Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86146-23-junho-1981>.

são cultivadas por rizicultores do extremo sul catarinense, que passaram a comprá-las ou arrendá-las. A economia do município de Imaruí não é baseada somente na agricultura, mas também na pesca, que por muito tempo foi a principal atividade econômica do município.

4.4.3 A trajetória da pesca em Imaruí: Da formação do município a crise da década de 1970

Santa Catarina é o maior produtor nacional de pescado marinho, e, a pesca industrial responde por 136 mil toneladas, a pesca artesanal⁸ por 14 mil toneladas, totalizando 150 mil toneladas ao ano (MPA, 2015). Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que existem hoje no Brasil quase um milhão de pescadores artesanais. É uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil, que é beneficiado por uma vasta extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são oriundas da pesca artesanal.

Mas, apesar da pesca artesanal ser uma atividade histórica, ainda é defasada em relação às tecnologias utilizadas e, possui um variado conjunto de características que levam em consideração fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais específicos de cada região.

Dentre as regiões litorâneas pesqueiras de Santa Catarina está o complexo lagunar, que é composto por oito lagoas, sendo as mais importantes, a Lagoa do Mirim, de Imaruí e de Santo Antônio, as duas primeiras fazem parte do município de Imaruí, e serão ressaltadas para compreender sua importância histórica na formação econômica do município.

Imaruí teve a sua primeira base econômica voltada para agricultura, como já especificado; porém, a pesca fazia parte do cotidiano daquele povo e contribuía para complementação da renda. No

⁸ A pesca artesanal é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esses pescadores atuam na proximidade da costa, dos lagos e rios. <http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>.

início das atividades/captura, os instrumentos de pesca eram rudimentares, fabricados em fibras naturais (FAO, 2015). Em Imaruí, as canoas eram fabricadas a partir de troncos de madeiras retirados da mata, os utensílios de pesca eram fabricados com fibras de Tucum⁹ e do linho, com base no cultivo do algodão.

A partir da década de 40 aquela pesca que complementava a renda começa a ganhar destaque, e, aos poucos, a agricultura começa a ser abandonada. Esta afirmação foi baseada no entrevistado 1, “comecei a pescar com a idade de 12 anos [...] hoje eu tô com 82 anos”. A pesca do peixe é a mais antiga do município, ao mesmo tempo em que servia para o sustento da família era também voltada para comercialização.

Havia peixe em abundância e de fácil captura, conforme narra o entrevistado 1,

abundância. Era abundância, à vontade. Isso aqui vinha a ser um celeiro de pescado. [...] nós aqui era visitado por turista, mas era de peixe, [...], o peixe entrava aqui em abundância, a pessoa pegava, o resto ia pro mar grosso, nós tinha tudo quanto era peixe do mar grosso aqui, tinha pescada, tinha miraguaia, tinha corvina, tinha burriquete, pegava muita tartaruga, tudo isso se pegava aqui, todos tipos de peixe se pegava aqui. [...] nós pegava 4 mil quilo 5 mil quilo de bagre.

A comercialização era feita de forma direta aos consumidores, ou a atravessadores que compravam para revender nas localidades onde não havia muita tradição da pesca. Com a abundância e com o passar dos tempos, os meios de captura foram se modernizando, e os pescadores se organizavam para pescar em grupos, pois era maior a possibilidade de êxito e quantidade. Então, o que antes era pescado por tarrafa e redes individuais, passa ser na forma de emenda, “a pesca da emenda”.

A pesca de emenda era organizada por pescador experiente, que, via de regra, era detentor de uma excelente canoa e de boas redes de pesca, a esse pescador dava-se o nome de capataz. Quando o cardume era avistado o capataz lançava sua rede e os pescadores começaram a emendar as suas naquela, que formava um grande círculo em volta do cardume, conforme a quantidade de peixe no círculo, os pescadores que

⁹ Espécie de palmeira frutífera que pode atingir até 10 metros de altura, da folha se faz uma fibra forte e útil. Informação obtida nas entrevistas.

estavam de fora arremessavam as tarrafas até diminuir, à medida que a quantidade diminuía, o círculo também era reduzido, até que não houvesse mais peixe. Essa forma de organização de pesca foi vivenciada pelo entrevistado 1,

ai nós tinha assim uma associação com 12 pescadores, ai fazia uma emenda assim, (fazia um círculo), se programava para ir pegar o peixe em 12. Aí cercava, as vezes, saía as duas da madrugada chegava quase dez da noite. 50 quilos de peixe nas costas, o que vendia, vendia, o que sobrava trazia.

A partir do momento que o mercado crescia, novas técnicas de captura foram aparecendo, o pescado que era facilmente encontrado nas proximidades da costa, ia se distanciando, fazendo com que os pescadores fossem modernizando suas embarcações, artes de pesca e novas metodologias de captura, surgindo também a pesca do cerco¹⁰. Essas técnicas e a captura de peixes se destacaram até a primeira metade do século XX, período em que a pesca do camarão ainda não despertava tanto interesse, devido à sua dificuldade de conservação e comercialização.

No início da década de 40, a captura do camarão em Imaruú começa a se destacar, pois uma nova técnica de conservação surge-a salga¹¹, essa técnica evitava a perda da qualidade do produto e facilitava a comercialização local e nos grandes centros. Período em que surgem os chamados atravessadores, que passaram a frequentar os locais de captura para comprar o produto e revender. Os pescados eram comercializados no porto de Laguna e tinham como destino as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir de então, começa maior procura pela captura do camarão, pois as lagoas de Imaruú e Mirim também eram povoadas por essa espécie de crustáceo. No início, a captura se dava por meio da tradicional tarrafa de arremesso, que era fabricada com fio de algodão ou com fios de Tucum, e suas malhas¹² mediam aproximadamente de

¹⁰ Pescadores se uniam utilizando grandes quantidades de redes, as quais usam para cercar o cardume quando avistado. Dados das entrevistas.

¹¹ Salgar o pescado em excesso para evitar a aparecimento de bactérias. Dados das entrevistas.

¹² Cada uma das voltas ponteadas (espaçamento entre fios) que iam formando a rede. Dados das entrevistas.

3,5 cm a 4,0 cm, fazendo com que fossem capturados apenas peixes e camarões de portes médio e grande, possibilitando aos de porte menores o crescimento. “O camarão era tudo assim graúdo, [...], ah quase 10 centímetros [...] a pessoa pega uma lata, meia lata, cinco lata, dez lata” (ENTREVISTADO 1). A lata era uma das unidades de medidas utilizadas para vender o camarão, que na unidade de medida atual (quilo), equivale a aproximadamente 12 quilos.

Com base nas informações do entrevistado 1, a quantidade de 10 latas correspondia a uma jornada de 7 a 8 horas de trabalhos, o que significa que eram capturados cerca de 120 kg em termos atuais de medida. A lagoa era respeitada e protegida, e, por consequência tinha grande fartura de pescado. O que leva a afirmar que, até a primeira metade do século XX, havia abundância de pescados nas lagoas de Imaruí e Mirim, uma vez que os sistemas de captura eram artesanais e ainda não havia as canoas a motor, como afirma o Entrevistado 1, “bem diferente. Porque naquele tempo era tudo a remo”. O entrevistado 2 corrobora afirmando que “[...] em número de pescado né, de camarão, de siri, de peixe, a lagoa era muito produtiva, produziu muito. [...] já produziu bastante, é, era tirado de canoa, tonelada [...], eu pegava 30, 40, 50 quilos de camarão”, e continua, “como diz o pescador, o antigo pescador, pra pegar um ensopada era duas tarrafadas, se trazia de balaio [...]”

Nos anos 60 começa-se a perceber as mudanças na pesca artesanal em Imaruí com a instalação de frigoríficos na região de Laguna, tendo como produto final para exportação, o camarão enlatado, a farinha de camarão, a pasta de camarão, o molho de camarão, dentre outros. Cresce o número de pescadores e a pesca passa a ser para muitos o único meio de sobrevivência e, as lagoas, o meio de produção (AMARAL, 2002).

Essas mudanças estavam associadas às novas políticas de governo, que em 1962 cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que passou a ser um marco para a pesca no Brasil, era um órgão ligado ao Ministério da Agricultura, e tinha como objetivo pesquisar e desenvolver a atividade. Era uma pesca empresarial que por meio de incentivos fiscais promoveu a instalação de indústrias pesqueiras e compra de veículos para transportar o produto.

Com a instalação dessas indústrias e de frigoríficos na região de Laguna, tem-se início ao que se pode chamar de pesca predatória, as malhas das redes que antes capturavam apenas os pescados de maior tamanho, passam a malhar também os pescados em fase de crescimento.

Os pescadores na busca pela sobrevivência adotavam novas técnicas de pesca, o camarão que antes entrava na lagoa naturalmente, passa a ser atraído pela claridade das luzes a querosene, a esta técnica dava-se o nome de pesca de espera, pois o pescador esperava o cardume em pontos estratégicos, chegando muitas vezes, a deixar sua canoa no melhor ponto para reservá-lo. Este tipo de captura iniciava por volta da meia noite e terminava somente ao amanhecer.

O Entrevistado 1, afirma que o emprego dessa nova técnica contribuiu para o início da decadência, “ela acabou porque assim eles acendiam o liquinho, ai na claridade do liquinho vinha tudo pra ali entrava tudo [...] vinha o camarão, vinha o siri, o peixinho miúdo tudo quanto é imundiça, é o modo de dizer né, que tinha no mar entrava pra coca, os pescado traziam pra terra escolhiam o resto botavo fora e enterravam”, O entrevistado 1 continua, afirmando que “na lagoa de Imaruí tinha mais de dez mil coca cada coca um quilo, quantos quilos eles tiravam por noite de peixe miúdo? Dez mil quilo né [...] os cinco seis mês que eles pegavam, quantas toneladas botava fora?

Com o passar do tempo novas técnicas predatórias foram aparecendo, como: a pesca do aviãozinho¹³ (figura 4). Essa técnica foi trazida do Rio Grande do Sul pelos chamados pescadores andorinhas¹⁴, e aplicada inicialmente pelos pescadores de Laguna. Em princípio os

¹³ É uma armadilha fixa muito usada pela pesca artesanal no litoral sul, em lagoas de pequena profundidade. A rede tem a forma de um arrastão “Traw”, com duas mangas de mais ou menos 7 metros cada, e um corpo medindo aproximadamente 4 metros. No interior do corpo da rede são colocadas duas válvulas (funis) com dois aros de arame nos diâmetros de 60 e 15 cm, respectivamente, os quais servem para manter o corpo da rede totalmente aberto. As extremidades das mangas são presas às estacas (calões), fixadas ao fundo. O saco por sua vez é preso às estacas central, onde se encontra pendurado um lampião (liquinho), que é a fonte de luz para a atração de camarões. Para maior aproveitamento, são colocados cinco ou oito destas armadilhas ao redor da estaca, onde se encontra o lampião. Eficiente na captura do camarão rosa e legítimo. Como acessório, utiliza-se a atração luminosa e fauna acompanhante. Utilizado nos Estados de Santa Catarina, na região de Laguna, e no Estado do Rio Grande do Sul.

Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/artesanal/armadilha/aviaozinho

¹⁴ Pescadores que deixam o complexo lagunar e migram para o Rio Grande do Sul, em busca de pesca farta. Dados das entrevistas.

pescadores de Imaruí foram contrários a essa técnica, inclusive travando fortes discussões com os pescadores de Laguna, após algumas portarias da SUDEPE, autorizando e restringindo e os pescadores de Laguna ganham a “batalha”, então, a SUDEPE emitiu a portaria 010/88, consolidando a implantação da pesca do aviãozinho.

Figura 4 - Pesca do aviãozinho



Fonte: ICMBIO/CEPSUL (1994).

As áreas de pescas eram determinadas pelo IBAMA, por meio de concessões, mas a falta de espaço e escassez do pescado nas áreas determinadas levou os pescadores a fixarem suas redes em locais impróprios para a modalidade, ou seja, fixaram em locais de baixa profundidade e de reprodução e desenvolvimento de espécies marinhas. Mais uma vez percebe-se a continuidade da escassez e, o pescador encontrando alternativas de sobrevivência, mesmo que de forma predatória.

Nos anos 70, a crescente escassez levou os pescadores a usarem a casca do siri para atrair o camarão, a experiência agradou e aos poucos outros componentes como, o peixe, a farinha de mandioca e até mesmo a ração de aves foram sendo misturados à casca de siri. Os primeiros eram cozidos e misturados com os outros componentes, a essa mistura deu-se o nome de engodo. No início havia a captura de peixes de pequeno porte que variavam de 5 a 10 cm de comprimento. Em uma comunidade em apenas um só dia era possível a captura de aproximadamente 1.000 kg de peixes em fase de crescimento, que eram usados nessa modalidade de pesca (AMARAL, 2002).

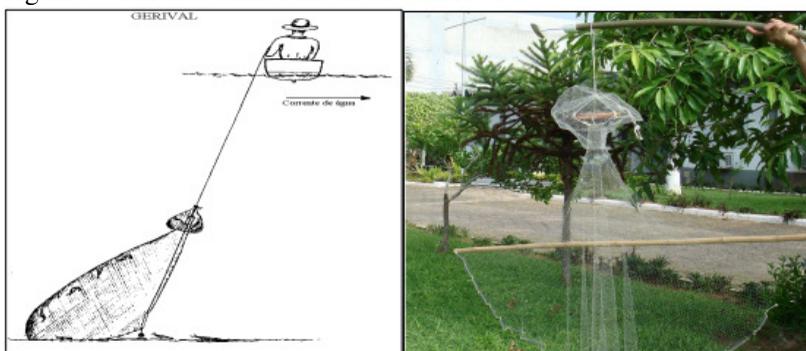
Os pescadores lançavam o engodo na água para atrair o camarão, e, para não perder a localização das iscas, fixavam um alinhamento de varas, que no início eram levadas juntamente com as iscas, mas ao longo do tempo, passaram a ser deixadas de forma fixa na lagoa. Outro elemento preocupante nesta modalidade de pesca diz respeito à malha

das tarrafas utilizadas para captura que em muitos casos chegava a medir 1,3 cm. Com esse tipo de malha facilmente eram capturados pescados de tamanho pequeno, modalidade que mais uma vez, contribui para degradação das espécies, impedindo seu crescimento.

4.4.4 Da crise dos anos de 1970 ao momento atual

No final da década de 1970 e início da década de 1980, uma nova modalidade de pesca é utilizada na região do complexo lagunar, e a lagoa de Imaruí, se aproxima da pesca predatória, os pescadores passam a fazer uso do petrecho Gerival ou Berimbau como é conhecido em outras regiões do sul do país. Os pescados são capturados por uma espécie de tarrafa, porém com um volume de chumbo bem maior, esse tipo de petrecho não é arremessado e sim puxado pelo pescador, que pode estar embarcado ou não. A figura 5 ilustra esse tipo de petrecho.

Figura 5 - A Pesca com Gerival ou Berimbau



Fonte: ICMBIO/CEPSUL (1994).

Nas lagoas da região de Laguna esse tipo de pesca é proibido e considerado predatório, pois ao ser lançada a rede na água sua carga de chumbo encosta no fundo da lagoa removendo, as algas marinhas, onde as larvas de camarão são criadas. Essas redes/tarrafas ao serem arrastadas acabam capturando as espécies em fases de crescimento, contribuindo para redução da procriação e prejudicando o habitat reprodutivo.

A busca desenfreada pela manutenção da família e sendo a lagoa para muitos, o único meio de sobrevivência e também, a falta de organização consistente dos pescadores, fez com que muitos desses pescadores artesanais de alguma forma contribuíssem para, o que se

pode chamar de decadência da pesca em Imaruí. A narrativa do entrevistado 2 leva a essas conclusões,

[...] a gente sabe que alguns fatores, algumas coisas né sempre o pescador né, a gente, eu me incluo nessa parte, tem uma parcela de culpa, mas o pescador não prejudica a sua fonte de renda, porque ele não vai destruir o que sustenta ele, então, claro que uma parcela que não preserva, mas tem uma que cuida, [...]

Como visto, percebe-se que a pesca artesanal em Imaruí teve seu momento de auge até os anos 60. Apesar de não se ter encontrado no município, registros quantitativos referentes ao volume de pescados e o que a mudança no sistema de captura provocou, aconteceu a chamada decadência da pesca.

Porém, com o incentivo da pesca industrial, a transformação dos meios de captura, associado ao fechamento parcial do canal de laranjeiras (Laguna - SC), onde foi construída a ponte ferroviária/rodoviária no final dos anos 60, início dos anos 70, e, ainda a constante poluição ambiental, são considerados pelos entrevistados como fatores determinantes para a “decadência” da atividade pesqueira em Imaruí.

4.5 OS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE IMARUÍ

Com relação aos aspectos socioeconômicos de Imaruí, elegeram-se os seguintes no decorrer desta seção: Evolução e composição demográfica; alguns indicadores de Saúde; Características Educacionais, Economia (dados econômicos, emprego e renda). No que tange a evolução demográfica resolveu-se trazer dados de período histórico mais longo; já com relação aos demais indicadores optou-se em apresentar dados mais recentes, os quais julgou-se suficientes para demonstrar a proposta de estudo.

4.5.1 Evolução e composição demográfica

A população do município de Imaruí, até os anos 60 apresentava crescimento (1940 – 16.871 habitantes; 1950 – 19.611 habitantes; 1960 – 21.128 habitantes) (AMUREL, 2015). Porém, a partir deste, os dados estatísticos começam a apontar o constante decréscimo na população do

município. Na tabela 1 pode-se observar de forma mais detalhada a involução populacional.

Tabela 1 - Evolução demográfica de Imaruí (1970 a 2010)

| Situação do domicílio | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Urbana | 2.981 | 3.659 | 4.221 | 3.909 | 4.005 |
| Rural | 18.060 | 15.314 | 11.210 | 9.495 | 7.667 |
| Total | 21.041 | 18.973 | 15.431 | 13.404 | 11.672 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

A primeira redução populacional se deve ao fato da criação do município de São Martinho, que foi desmembrado de Imaruí em novembro de 1962. Mas, ao isolar este acontecimento, percebe-se que a redução é contínua, se comparado o ano 2010 com 1970, tem-se um decréscimo populacional de 44,53%, contrariando a estimativa do crescimento populacional estadual, que no mesmo período variou mais de 113%, saindo de 2.930.411 habitantes em 1970, chegando a 6.248.436 habitantes em 2010 (IBGE, 2016).

Os principais motivos estão ligados aos fatores econômicos endógenos (domínio político, falta de política de geração de emprego; falta de incentivos de investimentos externos), e exógenos (a solidificação econômica de outras cidades do Estado) ocorridos ao longo dos anos, os quais podem ser observados, nas narrativas dos entrevistados. “foi tudo a falta de emprego”, “ vamos parar com isso, se vier indústria pra cá nós perdemos o poder” , “minha irmã teve 12 filhos, saíram tudo, tem 1 em São Paulo, 2 em Porto Alegre e os demais em Joinville.” (ENTREVISTADO 1).

Essas afirmações podem ser também vistas na narrativa do Entrevistado 5,

[...] teve todo o movimento da economia nacional, momentos de crescimento das cidades [...] então, que foi feito todo um trabalho por parte do governo federal e as cidades precisavam de gente para trabalhar nas indústrias. O município de Imaruí não estava estruturado, não teve apoio pra se estruturar no sentido de criação de empresas e acabou sendo fácil as pessoas se deslocarem de Imaruí, ir pra outros municípios. Durante até a

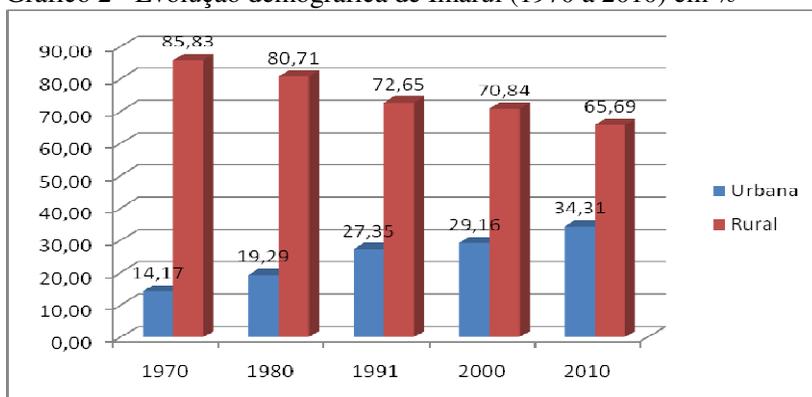
década de 20, década de 30 grande parte das pessoas se deslocaram, década de 40, pra Porto Alegre, depois em seguida as pessoas começaram a se dedicar pra região de Criciúma pra trabalhar na questão das minas de carvão e na década de 60, 70 em diante Joinville passou a ser o grande atrativo de pessoas que se instalaram em Joinville. E, tinha toda a colaboração do poder público local de incentivar as pessoas a estar se deslocando do município, na medida em que as pessoas se deslocassem do município o poder público bancava o seu deslocamento, dava um caminhão pra levar as mudanças das pessoas até na outra cidade [...]

Goularti, (2007), corrobora com as afirmações dos entrevistados ao dizer que, a população de Joinville aumentou em 80,9% nos anos 60, momento em que a indústria metal-mecânica se expandia rapidamente e requeria mais mão-de-obra. O mesmo ocorreu com outras cidades como Criciúma, em seu momento de auge no setor carbonífero. A mão-de-obra então empregada nas cidades que se destacavam industrialmente era oriunda do litoral (pescadores), ou, de zonas rurais.

As pessoas saíam em busca de cidades que oferecessem maior infraestrutura, melhores possibilidades de oferta de emprego e oportunidades, desta forma ofereciam as suas famílias condições de vida mais adequadas.

A tabela 1 ilustra ainda as características da população em relação ao urbano e ao rural, na qual 34,31% em 2010, ainda encontravam-se no meio urbano, que se comparado com o ano 2000 pode-se perceber um leve aumento de 2,46%, acompanhando a tendência nacional, na qual a população rural diminuiu enquanto que a população urbana cresce. A figura 2 mostra a participação urbana e rural em relação ao total da população do município.

Gráfico 2 - Evolução demográfica de Imaruí (1970 a 2010) em %



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

O aumento da população urbana não acompanha os mesmos percentuais com que a população rural diminui. Esta tendência mostra a necessidade de planejamento adequado para o crescimento local, em relação às áreas que precisam ser melhor exploradas, seja em nível comercial ou residencial.

Ainda com relação à caracterização da população, percebe-se que a questão de sexo é muito bem equilibrada, apesar de que em todos os períodos, o número de homens supera o número de mulheres, mas, essas diferenças são pequenas, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2 - População de Imaruí segundo o sexo, 1970 a 2010.

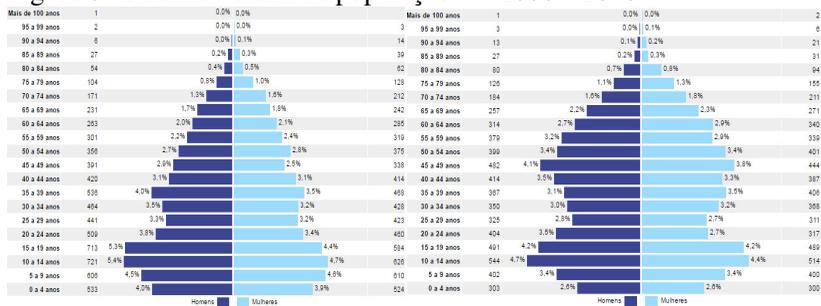
| Sexo | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Homens | 10.536 | 9.653 | 7.956 | 6.850 | 5.865 |
| Mulheres | 10.505 | 9.320 | 7.475 | 6.554 | 5.807 |
| Total | 21.041 | 18.973 | 15.431 | 13.404 | 11.672 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

A compreensão da constituição da população na questão sexo possibilita ao governo municipal, traçar políticas sociais direcionadas de forma direta a esses grupos, seja em relação aos programas de proteção à saúde, geração de emprego e renda, educação, bem como todas as ações de visam o bem-estar de uma população.

As políticas sociais também estão ligadas diretamente à composição da dinâmica etária de uma população, e, as migrações entre os grupos. Segundo Sebrae (2010) são três os grupos: os jovens, que compreendem o nascimento até os 19 anos; os adultos, dos 20 anos aos 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Na figura 6 pode-se observar o comportamento e as migrações etárias da população de Imaruí.

Figura 6 - Pirâmide etária da população em 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2000 e 2010).

Com base nesta organização os jovens no município de Imaruí representavam no ano de 2000, 36,8% da população total, os adultos, 49,4% e os idosos 13,8%. No ano de 2010, esses percentuais alteram para 29,5%, 52,2% e 18,3%, respectivamente. Quando comparado o ano 2000 com 2010, nota-se que a população jovem reduziu 19,84%, enquanto que, a adulta aumentou 5,66% e a idosa 32,61%.

A população adulta ainda representa a maior parte da população, mas, a preocupação está no que se refere à questão do envelhecimento populacional ao longo dos anos, pois os dados mostram que a base da pirâmide já mostra tendência de inversão. Esta percepção pode ser observada quando o entrevistado 03 diz, “[...] aqui a gente não vê uma família jovem”, “a população rural tem menos jovens”, “a gente vê nas participações dos cursos e oficinas oferecidos que a média de idade tá em torno de 55, 60 anos”.

Este processo de estruturação da população está ligado a outras variáveis que precisariam ser analisadas para melhor compreensão desta redução populacional, como: IDHM de fecundidade e o IDHM longevidade, o que realmente sinaliza aumento da população idosa em comparação com a população jovem.

4.5.2 IDHM Fecundidade, IDHM Longevidade

De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade total diz respeito ao número médio de filhos que uma mulher na faixa dos 15 aos 49 anos teria. A longevidade é um dos componentes do IDHM e corresponde ao número médio de anos que as pessoas viveriam, a partir do nascimento. A tabela 3 possibilita a leitura da evolução municipal e estadual desses índices.

Tabela 3 - IDHM Fecundidade, Longevidade (Imaruí e SC) 1991, 2000 e 2010.

| Ano | Imaruí | | Santa Catarina | |
|----------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| | Fecundidade | Longevidade | Fecundidade | Longevidade |
| 1991 | 2,800 | 0,742 | 2,600 | 0,753 |
| 2000 | 2,400 | 0,769 | 2,200 | 0,812 |
| 2010 | 2,000 | 0,834 | 1,700 | 0,860 |
| Evolução (1991/2010) | -28,57% | 12,40% | -34,62% | 14,21% |
| Evolução (2000/2010) | -16,67% | 8,45% | -22,73% | 5,91% |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013)

A taxa de fecundidade do município de Imaruí acompanha a tendência de queda estadual. Contrariando o que a população vivia em um passado não tão remoto, conforme narra o Entrevistado 1, “minha irmã foi mãe de 12 filhos”, “meu pai era uma família de 15 filhos”. A razão principal de uma família numerosa de filhos se dava em função da necessidade de mão-de-obra para atividades agrícolas, “chegava do colégio [...] almoçava e pegava a enxada e ai pra roça era assim, [...] não ficava nenhum em casa”.

As melhoras nessas taxas têm reflexos diretos no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

4.5.3 IDHM, IDHM Educação e IDHM Renda

O uso do IDHM em análises socioeconômicas tem caráter relevante, pois possibilita conhecer as desigualdades entre municípios, contribuindo para gestão pública. O que se observa na tabela 4 é que o

IDHM do município nos anos (1991, 2000 e 2010), evoluiu significativamente quando analisado isoladamente.

Tabela 4 - IDHM, IDHM Educação e IDHM Renda (Imaruí e SC) 1991, 2000 e 2010.

| Ano | Imaruí | | | Santa Catarina | | |
|----------------------|--------|-----------|-------|----------------|-----------|-------|
| | IDHM | Educação | Renda | IDHM | Educação | Renda |
| 1991 | 0,474 | 0,256 | 0,559 | 0,543 | 0,329 | 0,648 |
| 2000 | 0,557 | 0,363 | 0,620 | 0,674 | 0,526 | 0,717 |
| 2010 | 0,667 | 0,530 | 0,670 | 0,774 | 0,697 | 0,773 |
| Evolução (1991/2010) | 40,72% | 0,107 (*) | 0,061 | 42,54% | 0,197 (*) | 0,069 |
| Evolução (2000/2010) | 19,75% | 0,167 (*) | 0,05 | 14,84% | 0,171 (*) | 0,056 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013)

(*) termos absolutos.

Em 2010 o IDHM de 0,667 do município está situado na faixa¹⁵ 3, que corresponde ao médio desenvolvimento humano. No período 1991/2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a educação (0,107), no período 2000/2010 a dimensão educação continua sendo a principal em termos de crescimento absoluto (0,167). Ao comparar as dimensões, educação e renda do município, nota-se que, do mesmo modo tem crescimento absoluto estadual.

Porém, os dados do IDHM de Imaruí quando comparados com os demais municípios da região ao qual este faz parte (AMUREL), e, que tiveram IDHM divulgado¹⁶, mostram que este se encontra em pior situação. Nesta região, o município de Rio Fortuna é o que tem melhor IDHM (0,806), o município de Sangão com IDHM (0,700) coloca-se a frente de Imaruí, superando em termos absolutos em 0,033 pontos

¹⁵ As faixas classificam-se em: IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM; entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano. (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013).

¹⁶ A região da AMUREL é composta por 18 municípios, porém, o município de Pescaria Brava, ainda não teve o IDHM divulgado, por ter sido emancipado em 2012. (IBGE cidades, 2010)

percentuais. Em nível estadual, em 2010, Imaruí ocupa a posição 273ª dos 293 municípios com IDHM divulgados¹⁷, e, 272 (92,83%) dos municípios catarinenses apresentam melhor situação, enquanto que apenas 20 (6,83%) dos municípios estão em situação pior.

Outras informações como: Taxa de Natalidade e Mortalidade infantil, ajudam a compreender tanto a evolução populacional como o IDHM, na tabela 5 se vê reduções nestas taxas, tanto em nível municipal como estadual.

4.5.4 Taxa de natalidade e mortalidade

Acompanhando a tendência estadual, as taxas de natalidade e mortalidade infantil no município de Imaruí, reduziram significativamente nos períodos apresentados, o que possibilita também compreender a redução populacional e a melhora no IDHM.

Tabela 5 - Taxa Bruta de Natalidade e Mortalidade Infantil por 1000 habitantes (Imaruí e SC). Em %.

| Ano | Natalidade | | Ano | Mortalidade | |
|----------------------|------------|--------|----------------------|-------------|--------|
| | Imaruí | SC | | Imaruí | SC |
| 1994 (*) | 15,26 | 17,94 | 1991 | 26,22 | 24,84 |
| 2000 | 13,05 | 17,73 | 2000 | 25,40 | 16,79 |
| 2010 | 7,54 | 13,51 | 2010 | 13,40 | 11,54 |
| Evolução (1994/2000) | -14,48 | -1,17 | Evolução (1991/2000) | -3,13 | -32,41 |
| Evolução (2000/2010) | -42,22 | -23,80 | Evolução (2000/2010) | -47,24 | -31,27 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE, DATASUS, 2016 e Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

(*) utilizou-se o ano de 1994, pois a informação de 1991 não estava disponível

A taxa de natalidade está relacionada com a taxa de fecundidade, menor, a fecundidade menor será a natalidade, significa dizer que o município de Imaruí saiu de 235 nascimentos em 1994 para apenas 88 no ano de 2010, apesar de acompanhar a tendência estadual, reforça os

¹⁷ O estado é composto por 295 municípios, porém, o município de Pescaria Brava e Balneário Rincão, ainda não tiveram o IDHM divulgado, por terem se emancipado recentemente. (IBGE cidades, 2010)

números de redução da população. No período analisado, a taxa de mortalidade infantil apresenta redução, mostrando assim sinais de melhora nos indicadores sociais de saúde pública, apesar de longe do indicador aceitável pela Organização Mundial de saúde, que são 10 mortes para cada 1000 nascidos vivos.

Em se tratando ainda de indicadores que influenciam o IDHM, passa-se a trazer alguns dados relativos à educação, pois como observado na tabela 5 foi esta dimensão que mais contribuiu para melhora deste índice.

4.5.5 Educação

Relativamente à educação, apresentam-se apenas informações acerca do grau e da taxa de alfabetização municipal das pessoas com 10 anos ou mais, os quais estão expostos na tabela 6.

Tabela 6 - Grau de alfabetização – Pessoas a partir dos 10 anos

| Indicador | | 1991 | % | 2000 | % | 2010 | % |
|----------------|------------------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|
| Imaruí | Alfabetizado | 10.416 | 74,90 | 10.135 | 82,08 | 9.137 | 89,00 |
| | Não Alfabetizado | 3.491 | 25,10 | 2.212 | 17,92 | 1.130 | 11,00 |
| Total | | 13.907 | 100,00 | 12.347 | 100,00 | 10.267 | 100,00 |
| Santa Catarina | Alfabetizado | 3.485.583 | 86,28 | 4.443.565 | 91,04 | 5.197.286 | 96,10 |
| | Não Alfabetizado | 554.379 | 13,72 | 437.173 | 8,96 | 208.608 | 3,90 |
| Total | | 4.039.962 | 100,00 | 4.880.738 | 100,00 | 5.405.894 | 100,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIDRA/IBGE (2016)

Do total da população com 10 anos ou mais, no ano de 2000 a taxa de alfabetização correspondia a 82,08%, e, em 2010 89%. Se comparado com os dados do estado, nota-se que ainda não acompanham a tendência, pois os números estaduais são superiores, como demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 - Taxa de alfabetização – Pessoas a partir dos 10 anos. Em (%).

| Unidade Federativa | 1991 | 2000 | 2010 |
|--------------------|-------|-------|-------|
| Imaruí | 74,90 | 82,08 | 89,00 |
| Santa Catarina | 86,28 | 91,04 | 96,10 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIDRA/IBGE (2016)

Ao analisar o grau de alfabetização, comprova-se que no município 11% das pessoas enquadradas no parâmetro pesquisado são analfabetas, enquanto que em nível estadual a taxa fica em 3,9%, mas, se analisado o grau de analfabetismo por faixa etária, constata-se que o maior número de analfabetos está na população idosa, que corresponde a 32,18%.

Existe uma tendência na redução no distanciamento entre o índice de analfabetos do município em relação ao estado, pois, segundo dados do Atlas de do Desenvolvimento Humano (2013), no ano de 2010 96,28% das crianças na faixa dos 05 e 06 anos frequentavam a escola, e na faixa dos 11 aos 13 anos 88,81%, enquanto que no estado, as taxas são 91,17% e 91,51, respectivamente.

Associado à taxa de alfabetização está o nível de desempenho escolar, para tanto, a partir de 2007, o Governo Federal criou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que varia de 0 (zero) 10 (dez) e que reúne em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações (INEP, 2016).

No último índice divulgado (2013), o IDEB do 5º ano correspondeu a 5,5, enquanto que o projetado era 5,0, ou seja, o município ultrapassou a media projetada em 0,5 pontos, mas, infelizmente, o mesmo não pode ser constatado para o IDEB do 9º ano, pois, a meta era de 4,8 e o índice atingindo foi de 3,8, isso indica que as forças políticas devem analisar detalhadamente as causas que provocaram o baixo índice do IDEB no ensino do 8º ano, para traçar as melhorias necessárias, a fim de voltar a crescer e superar a meta estabelecida.

O IDEB é um importante condutor de políticas públicas em prol da melhoria da qualidade da educação.

Os dados sociais são importantes para compreender o IDHM e seus avanços, mas, outros aspectos, a exemplo, os econômicos, fazem parte da trajetória de um município, neste sentido abordam-se alguns dados econômicos relativos ao município de Imaruí e sua relação com os dados estaduais.

4.5.6 PIB, Emprego e Renda

Retratar a trajetória de município passa por questões: históricas, socioeconômicas ou culturais. Do enfoque econômico, estão associadas à produção de bens e serviços, à arrecadação de tributos, ao nível de

emprego, entre outras. Na tabela 8 se tem o PIB total do município de Imaruí e sua participação em nível estadual.

Tabela 8 - PIB Imaruí e Santa Catarina e a participação percentual (1999 a 2013) por mil reais

| Ano | Pib valor real (Deflacionado ao preço de 2015) (R\$) | | |
|------|--|-----------------|------------------|
| | Imaruí | Santa Catarina | Participação (%) |
| 1999 | 103.880.980 | 105.067.954.462 | 0,0989 |
| 2000 | 103.437.102 | 115.590.335.731 | 0,0895 |
| 2001 | 120.409.193 | 120.831.021.266 | 0,0997 |
| 2002 | 123.951.944 | 122.759.375.820 | 0,1010 |
| 2003 | 145.283.324 | 134.717.135.061 | 0,1078 |
| 2004 | 159.332.962 | 144.950.698.605 | 0,1099 |
| 2005 | 145.737.594 | 151.187.772.295 | 0,0964 |
| 2006 | 149.331.293 | 160.038.835.250 | 0,0933 |
| 2007 | 161.025.458 | 172.081.658.319 | 0,0936 |
| 2008 | 169.458.245 | 191.475.135.491 | 0,0885 |
| 2009 | 191.425.657 | 193.277.523.769 | 0,0990 |
| 2010 | 184.514.564 | 214.372.119.965 | 0,0861 |
| 2011 | 172.053.512 | 223.158.337.566 | 0,0771 |
| 2012 | 158.562.609 | 221.104.970.428 | 0,0717 |
| 2013 | 142.734.614 | 223.778.410.717 | 0,0638 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIDRA/IBGE (2016)

Em termos absolutos, até o ano de 2010, exceto 2005 e 2006, o PIB municipal apresentava crescimento, acompanhando a tendência estadual, mas, sua participação é oscilante e, a partir deste mesmo ano, começa uma queda mais significativa. Sua maior participação no PIB estadual se deu em 2004 com 0,01099%. Para melhor entender esta oscilação é necessária a composição do PIB por setor econômico, que pode ser observada na tabela 9.

Tabela 9 - PIB Imaruí por setor (1999 a 2013) – por mil reais

| Ano | Valor Real (Deflacionado ao preço de 2015) (R\$) | | | | | Variação% PIB |
|------|--|------------|------------------|-----------|-------------|---------------|
| | Agropecuária | Indústria | Serviços (total) | Impostos | PIB Total | |
| 1999 | 32.808.743 | 8.395.325 | 60.556.511 | 2.120.402 | 103.880.980 | - |
| 2000 | 31.750.413 | 9.936.241 | 59.847.911 | 1.902.537 | 103.437.102 | -0,43 |
| 2001 | 44.348.993 | 9.985.931 | 63.557.465 | 2.516.804 | 120.409.193 | 16,41 |
| 2002 | 46.028.901 | 11.173.739 | 63.852.170 | 2.897.135 | 123.951.944 | 2,94 |
| 2003 | 64.006.673 | 11.840.646 | 66.043.877 | 3.392.127 | 145.283.324 | 17,21 |
| 2004 | 77.534.408 | 12.870.540 | 65.591.672 | 3.336.342 | 159.332.962 | 9,67 |
| 2005 | 62.352.015 | 12.864.848 | 67.053.881 | 3.466.850 | 145.737.594 | -8,53 |
| 2006 | 57.585.536 | 12.946.277 | 74.433.333 | 4.366.147 | 149.331.293 | 2,47 |
| 2007 | 72.478.958 | 13.761.924 | 71.544.648 | 3.239.927 | 161.025.458 | 7,83 |
| 2008 | 73.650.447 | 15.102.952 | 77.218.024 | 3.486.822 | 169.458.245 | 5,24 |
| 2009 | 91.961.869 | 13.797.662 | 82.084.227 | 3.581.899 | 191.425.657 | 12,96 |
| 2010 | 77.182.638 | 16.588.789 | 86.642.561 | 4.100.576 | 184.514.564 | -3,61 |
| 2011 | 61.066.746 | 18.634.202 | 87.798.299 | 4.554.264 | 172.053.512 | -6,75 |
| 2012 | 46.576.854 | 19.116.416 | 88.849.491 | 4.019.848 | 158.562.609 | -7,84 |
| 2013 | 60.656.676 | 19.630.072 | 58.270.779 | 4.177.087 | 142.734.614 | -9,98 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIDRA/IBGE (2016)

No ano de 2004, destacado na tabela 9, houve maior participação do PIB municipal no PIB estadual. O aumento ocorreu no setor agropecuário que neste ano representou 48,66% do PIB total, seguido do aumento no setor de serviços, com 41,17%. O destaque para o crescimento do PIB está nos anos 2001, 2003 e 2009, esse crescimento foi liderado pelo crescimento agropecuário.

O setor agropecuário e de serviços são os que mais contribuem para composição do PIB municipal, reforçando sua característica de município rural e forte empregabilidade nos serviços públicos. Em se tratando de PIB é necessário verificar sua relação *per capita*, pois é também usado como indicador de qualidade de vida, haja vista

pressupor-se que os cidadãos se beneficiam com o aumento do volume de produção agregada de um país, de uma região ou cidade. A tabela 10 traz o PIB *per capita* do município de Imaruí e sua relação estadual.

Tabela 10 - PIB *Per Capita* Real, deflacionado ao preço de 2015

| Ano | Imaruí | Variação % PIB <i>per capita</i> de Imaruí | Santa Catarina | Variação % PIB <i>per capita</i> de Santa Catarina | Participação Imaruí/Santa Catarina (%) |
|------|-----------|--|----------------|--|--|
| 1999 | 8.220,38 | - | 20.607,83 | - | 39,89 |
| 2000 | 8.435,58 | 2,62 | 22.363,05 | 8,52 | 37,72 |
| 2001 | 9.158,68 | 8,57 | 22.175,97 | -0,84 | 41,30 |
| 2002 | 9.550,93 | 4,28 | 22.208,01 | 0,14 | 43,01 |
| 2003 | 11.368,02 | 19,03 | 24.025,60 | 8,18 | 47,32 |
| 2004 | 12.886,85 | 13,36 | 25.103,26 | 4,49 | 51,34 |
| 2005 | 12.010,68 | -6,80 | 25.771,08 | 2,66 | 46,61 |
| 2006 | 12.542,52 | 4,43 | 26.859,97 | 4,23 | 46,70 |
| 2007 | 13.792,33 | 9,96 | 29.333,00 | 9,21 | 47,02 |
| 2008 | 14.303,90 | 3,71 | 31.635,26 | 7,85 | 45,22 |
| 2009 | 16.393,39 | 14,61 | 31.587,78 | -0,15 | 51,90 |
| 2010 | 15.808,31 | -3,57 | 34.301,28 | 8,59 | 46,09 |
| 2011 | 14.909,32 | -5,69 | 35.326,33 | 2,99 | 42,20 |
| 2012 | 13.895,59 | -6,80 | 34.749,99 | -1,63 | 39,99 |
| 2013 | 12.630,26 | -9,11 | 33.839,50 | -2,62 | 37,32 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIDRA/IBGE (2016)

Constata-se que no intervalo de 1999 a 2009, o município apresentava crescimento no PIB *per capita*, período em que o PIB total, de uma maneira geral também mostrava bons resultado. A partir de 2010 começa a apresentar decréscimo no indicador, que começou com -3,57%, e, em 2013 corresponde a -9,11%. E, em relação à média estadual, no último ano, atingiu apenas 37,32%. Se o aumento do PIB poderia significar melhores condições sociais, essa redução leva a pensar que o município terá dificuldades para manter a qualidade social hoje oferecida aos seus municípios, pois as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas requerem investimentos e as informações apontam para a falta de recursos.

Isso também faz refletir sobre a questão emprego, as razões pelas quais os serviços públicos municipais são os que têm maior representação dos vínculos ativos, o que pode ser melhor visualizado na tabela 11.

Tabela 11 - Número de empregos por Setor (1991 a 2014)

| Ano | No. de empregos por setor | | | | | | | | | % setor 7 em relação ao total |
|------|---------------------------|-----|---|-----|-----|-----|-----|----|-------|--|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | Total | |
| 1991 | 0 | 44 | 0 | 60 | 45 | 94 | 308 | 9 | 560 | 55,00 |
| 2000 | 0 | 171 | 0 | 0 | 68 | 78 | 200 | 9 | 526 | 38,02 |
| 2001 | 0 | 163 | 0 | 1 | 71 | 51 | 283 | 8 | 577 | 49,05 |
| 2002 | 0 | 176 | 0 | 1 | 74 | 75 | 323 | 9 | 658 | 49,09 |
| 2003 | 1 | 140 | 0 | 4 | 92 | 59 | 347 | 13 | 656 | 52,90 |
| 2004 | 2 | 148 | 0 | 3 | 84 | 73 | 341 | 40 | 691 | 49,35 |
| 2005 | 0 | 132 | 1 | 0 | 160 | 73 | 410 | 30 | 806 | 50,87 |
| 2006 | 3 | 161 | 1 | 1 | 118 | 91 | 359 | 34 | 768 | 46,74 |
| 2007 | 0 | 165 | 0 | 1 | 115 | 79 | 447 | 29 | 836 | 53,47 |
| 2008 | 1 | 112 | 0 | 14 | 187 | 85 | 340 | 39 | 778 | 43,70 |
| 2009 | 1 | 175 | 0 | 27 | 118 | 101 | 390 | 37 | 849 | 45,94 |
| 2010 | 0 | 164 | 0 | 35 | 156 | 107 | 406 | 32 | 900 | 45,11 |
| 2011 | 1 | 175 | 0 | 103 | 177 | 123 | 414 | 40 | 1033 | 40,08 |
| 2012 | 4 | 169 | 0 | 163 | 187 | 125 | 333 | 43 | 1024 | 32,52 |
| 2013 | 5 | 160 | 0 | 180 | 201 | 172 | 399 | 33 | 1150 | 34,70 |
| 2014 | 3 | 149 | 0 | 149 | 210 | 123 | 405 | 28 | 1067 | 37,96 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no RAIS/CAGED, 2016

Legenda

1. Extrativa Mineral
2. Indústria de Transformação
3. Serviços Industriais de Utilidade Pública
4. Construção Civil
5. Comércio
6. Serviços
7. Administração Pública
8. Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca

Ao longo do período, o setor que mais se destaca em relação à empregabilidade formal, é o setor 7 (Administração pública), o entrevistado 7 reforça a evidência, dizendo “[...] a prefeitura municipal hoje é uma fonte de renda [...], deve ter em torno de 520 funcionários ao todo”. Seguido pelo setor de serviços e pelo comércio, este por sua vez não demonstra sinais de expansão, é o que pode ser observado na pesquisa contratada pela prefeitura e elaborada pelo SEBRAE/2015, na qual os comerciantes dizem-se satisfeitos com os resultados, e, que no momento não têm interesse em novos investimentos. No município existiam 83 estabelecimentos comerciais em 2014 (RAIS/CEGED, 2016), o que, em uma média simples, significa de 2 a 3 empregos por estabelecimento.

Apesar da característica rural, pouca é a empregabilidade neste setor, pois grande parte das atividades rurais é de caráter familiar. Em 2014, havia apenas 10 empresas do setor 08 (Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca) (RAIS/CAGED, 2016) e juntas empregavam 28 pessoas. É importante informar que esses dados referem-se aos empregos formais dentro do município, pois, ainda existem os empregos informais, pessoas que trabalham sem registro na carteira de trabalho para não perder o seguro defeso da pesca, o que pode ser constatado com as palavras do entrevistado 1, “tem um mocinho que vai todo dia trabalhar em Imaruí, tem empregada doméstica, mas eles não tem carteira assinada, porque tem carteira de pescador, então podem ter emprego registrado, do contrário perdem o seguro defeso.”

Existem também, as pessoas que trabalham em outras cidades, sendo essas próximas ou distantes, que retornam para casa ao final do dia ou aos finais de semana. No município, a renda nominal mensal das pessoas com 10 anos ou mais, está concentrada na classe até 2 salários mínimos, a tabela 12 traz essas informações, auxiliando na compreensão da composição da renda nominal municipal.

Tabela 12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal (2000 e 2010)

| Unidade Federativa | Classes de rendimentos em Salários Mínimos – SM | 2000 | 2010 | % em 2000 (1) | % em 2010 (1) |
|--------------------|---|-----------|-----------|---------------|---------------|
| Santa Catarina | Até 1 SM | 591.326 | 978.891 | 21,10 | 23,89 |
| | Mais de 1 a 2 SM | 728.901 | 1.564.884 | 26,01 | 38,19 |
| | Mais de 2 a 3 SM | 448.496 | 639.415 | 16,00 | 15,61 |
| | Mais de 3 a 5 SM | 456.549 | 485.951 | 16,29 | 11,86 |
| | Mais de 5 a 10 SM | 364.537 | 296.318 | 13,01 | 7,23 |
| | Mais de 10 a 20 SM | 139.641 | 92.486 | 4,98 | 2,26 |
| | Mais de 20 SM | 73.083 | 39.168 | 2,61 | 0,96 |
| | Sem rendimento | 1.571.711 | 1.307.772 | | |
| Total | | 4.374.244 | 5.404.885 | 100 | 100 |
| Imaruí | Até 1 salário mínimo | 3.008 | 3.702 | 45,69 | 52,25 |
| | Mais de 1 a 2 SM | 1.849 | 2.298 | 28,08 | 32,43 |
| | Mais de 2 a 3 SM | 749 | 525 | 11,38 | 7,41 |
| | Mais de 3 a 5 SM | 475 | 348 | 7,21 | 4,91 |
| | Mais de 5 a 10 SM | 332 | 145 | 5,04 | 2,05 |
| | Mais de 10 a 20 SM | 95 | 45 | 1,44 | 0,64 |
| | Mais de 20 SM | 76 | 22 | 1,15 | 0,31 |
| | Sem rendimento | 4.547 | 3.189 | | |
| Total | | 11.131 | 10.274 | 100 | 100 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIDRA/IBGE, 2016

(1) O percentual é em relação as pessoas com renda

A renda nominal das pessoas no município, com 10 anos ou mais, tanto em 2000 como em 2010, está concentrada nas classes 01 e 02, ou seja, representavam 73,77% e 84,69% respectivamente. De um total de 7.085 pessoas com renda em 2010, 6.000 pessoas tinham até 02 salários mínimos como renda. Em Santa Catarina os percentuais eram de, 47,11% e 62,09%, nos mesmos anos. Imaruí está distante dos indicadores estaduais, uma razão para isso pode estar ligada à concentração de empregos no setor público e no comércio.

Analisando os dados da tabela, uma informação chama a atenção, são 3.189 pessoas sem rendimento, ou 31,04%, ou ainda praticamente 1/3 da população não possui qualquer tipo de rendimento, em Santa Catarina são 24,2% da população sem rendimento. Mesmo com esses indicadores, a proporção de pessoas pobres no município vem reduzindo. Em 1991 eram 54%, em 2000 29,87% e em 2010 chegou a 11,66%, em nível estadual esses percentuais são, 25,32%, 12,79% e 3,65% respectivamente (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

As melhoras nos percentuais são vistas também na variação do índice Gini, que mede o grau de concentração de renda, no qual quanto mais próximo de 0 (ZERO), melhor é a situação de igualdade renda. Relativamente ao município, o índice saiu de 0,65 em 1991 para 0,45 em 2010, acompanhando a tendência estadual, sendo que em 2010 o índice foi de 0,45 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Apesar das melhoras dos indicadores socioeconômicos num contexto geral, Imaruí ainda precisa de fortes ações por parte das três esferas de gestão pública para poder propiciar melhor qualidade social e econômica aos seus municípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município não apresentou transformações significativas ao longo de sua trajetória. Seu grau de mudança é lento e perene, a começar pelas questões políticas, pois, por aproximadamente 70 anos, os prefeitos que administravam o município pertenciam a uma única família, quando não, tinham fortes ligações com a família que de certa forma, exercia forte influência política no município.

Mas, este domínio extrapolava as questões políticas, se estendia para todas as repartições públicas municipais. Desta forma, pode-se dizer que existiu um absoluto controle político-administrativo no município e que este controle funcionava como um mecanismo de controle do voto. Por todo esse período muitas das necessidades sociais dos munícipes eram atendidas e, em contrapartida, os habitantes comprometiam-se com o voto em períodos de eleição.

Esse domínio político tomou tamanha proporção que segundo os entrevistados chegou ao ponto de impedirem a instalação de empresas no município, por medo de perderem o controle da gestão municipal, ou seja, dificultavam ao máximo qualquer reação de poder contrária à sua. Reforça-se aqui que esta questão não pode ser vista como verdade absoluta, pois não se buscou qualquer informação dos supostos interessados. Foi por consequências dessas reações que São Martinho foi desmembrado de Imaruí em 1962, onde forças locais começaram a se organizar para tentar quebrar a hegemonia política.

Mesmo assim, houve quem defendesse a prática desse controle, afirmando que, tudo que “existe” no município deve-se a esta família e que nenhuma pessoa ficava desassistida, sempre que procuravam a prefeitura tinham seus pedidos acolhidos. Durante todo esse tempo as pessoas foram acostumadas a receber favores pessoais, porém, pela troca do voto.

Entende-se que, esse domínio político e o controle exercido influenciaram, nas questões econômicas, deixando marcas que podem ser sentidas após seus 125 anos de história.

Por ser um município rural, banhado por lagoas, a economia gira em torno da agricultura e da pesca. A Agricultura até os anos 40 e 50 foi a principal forma de renda no município e, eram cultivados principalmente, a cana-de-açúcar e a mandioca, seus derivados (açúcar mascavo e farinha de mandioca), e outros produtos que também eram comercializados no município de Laguna, principalmente durante o período em que porto funcionava como distribuidor de mercadorias.

Com o passar dos tempos esses cultivos perderam seu poder comercial, devido à entrada de novos alimentos na mesa das pessoas, a baixa de preço de venda e à dificuldade de comercialização causada pelos impostos. Esses problemas fizeram com que muitos agricultores, vendessem suas terras e saíssem para procurar novas oportunidades. Os que ficaram, buscaram novas formas de cultivos e começaram então, a substituição da mandioca e da cana-de-açúcar, nas várzeas antes ocupadas com o cultivo da mandioca, deu-se lugar ao cultivo do fumo e do arroz.

O cultivo do fumo prevaleceu até 1980, período em que vários municípios passaram por processo de modernização, mas, na sequência começa também a perder forças, desestimulando os agricultores. O cultivo do arroz num primeiro momento beneficiou poucos agricultores de Imaruí; atualmente, a grande parcela de rizicultores são moradores de fora do município, apenas exploram as terras para o cultivo e não deixam qualquer tipo de contrapartida financeira, pelo contrário, deixam sinais de contaminação das lagoas e agricultura, provenientes dos agrotóxicos utilizados no cultivo. Sua pouca contribuição diz respeito apenas ao fazer uso de uma pequena parcela da mão de obra local, porém, ainda de forma sazonal.

A pesca até a segunda metade do século XX não era a principal fonte econômica do município, começa a se destacar a partir dos incentivos fiscais estaduais na intenção de implantar a pesca industrial. Isso fez com que surgissem vários frigoríficos nas cidades do litoral catarinense, inclusive em Laguna, o que acabou estimulando muitos pescadores a dedicarem-se mais intensamente a essa nova base econômica, uma vez que as capturas tinham as vendas como certas.

Porém, a captura dos pescados não foi pensada de forma a evitar a escassez futura. Os petrechos que antes eram rudimentares foram se transformando à medida que a necessidades pela captura aumentava. Associada às novas formas de captura está a falta de organização dos pescadores, que não se ordenavam com a intenção da preservação.

As novas formas de capturas eram um tanto quanto predatórias, pois não eram respeitados os limites da natureza, as redes capturavam não só as espécies liberadas ou com tamanhos permitidos. Os períodos de defeso não eram respeitados e, isso fazia com que os pescados não se reproduzissem de forma adequada e dentro dos parâmetros defendidos pelos órgãos fiscalizadores como próprios para captura. Apesar de haver fiscalização ambiental, mesmo que de forma não intensa, os pescadores desrespeitavam o que se pode chamar de lei da natureza, que precisa de

tempo para se regenerar e se reproduzir. Além disso, estavam ainda as demais formas de poluição recebidas pelas lagoas e os efeitos do assoreamento.

Os problemas ocorridos nas principais bases econômicas do município, conjuntamente com os sucessivos períodos de domínio político-administrativos, não possibilitavam à população vislumbrar qualquer tipo de reação econômica, levando uma significativa parcela a deixar o município em busca de melhores condições de vida. Essa migração pode ser constatada durante a pesquisa, como também na base de dados disponibilizados pelo IBGE, que inclusive já traz uma contagem estimada da população para o ano de 2015, apontando nova redução, sinalizando para 10.933 pessoas, ou seja, redução de 6,33% em relação a 2010.

Apesar, de ainda perdurarem os problemas econômicos e sociais, o IDHM, apresentou melhoras nos últimos 25 anos, saindo de 0,474 em 1991 para 0,667 em 2010, classificado, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, como médio. Dentre os componentes da dimensão o que apresentou melhor resultado foi a educação. Apesar das melhoras, o IDHM de Imaruí, ainda é o pior da sua região, e em nível estadual, é superior a apenas 20 municípios, sabendo que atualmente o estado catarinense é composto por 295 municípios.

As taxas de natalidade e mortalidade que influenciam diretamente no IDHM, também vêm apresentando melhorias, acompanhando a tendência estadual, sendo também um indicador que ajuda a compreender de certa forma, a redução e o envelhecimento da população.

No que tange a questão educação, o município de Imaruí tem mostrado melhora no indicador alfabetização, ao menos é o que mostram as taxas. No ano de 1991, a taxa de analfabetismo era de 11,01%, mas, pode-se dizer que a tendência é que esses números possam ainda melhorar, uma vez que no ano de 2010, 96,28% das crianças na faixa dos 05 e 06 anos frequentavam a escola, e, na faixa dos 11 aos 13 anos 88,81%, enquanto que no estado as taxas são, 91,17% e 91,51, respectivamente.

A melhora nesses indicadores não significa educação de qualidade, pois ainda que o IDEB do 5º ano tenha ultrapassado a meta projetada pelo Governo Federal, o IDEB do 9º ano sequer atingiu a meta; então, existe a necessidade de ações políticas internas e externas, para melhorar não somente a taxa de alfabetização, mas, também a qualidade da educação.

Saindo do campo da educação e entrando no econômico, em especial no PIB, o município de Imaruí tem demonstrado oscilações, em nível estadual, visto que suas bases econômicas não são sólidas e que sua maior fonte de receita é o Fundo de Participação dos Municípios, a exemplo de outras cidades catarinenses e nacionais. Os setores que mais contribuem são os setores, agropecuário e de prestação de serviços, o primeiro por se tratar de município rural, o segundo por representar a forte empregabilidade, principalmente do setor público.

No tocante a renda nominal mensal, 6.000 pessoas têm rendimento de até 02 salários mínimos nacional, o que correspondia em 2010 a 84,69% das pessoas declaradas com renda mensal. No estado no mesmo ano esse percentual era de 62,09%. Mas, apesar desses indicadores o número de pobres no município vem diminuindo e o índice Gini, indica melhoras.

A pesquisa mostrou que o município de Imaruí teve uma trajetória de difícil relacionamento político, deixando marcas profundas na economia e nas questões culturais. Mas, que precisam ser superadas para que o município encontre seu eixo de crescimento e desenvolvimento; para tanto, as forças políticas e sociais locais e, até mesmo regionais, precisam unir forças e discutir novos arranjos econômicos e melhorias estruturais.

Por se tratar de um município tipicamente rural e religioso, esses novos arranjos poderiam estar relacionados ao turismo ecológico, rural e religioso, mas para tal fim, é preciso pensar também, em estratégias para melhoria das vias de acesso ao município que é cortado pela rodovia SC 437, e que, ainda conta com aproximadamente 30 km não pavimentados.

Por último, entende-se que a questão-problema e os objetivos, geral, e específicos propostos foram alcançados, na medida em que foram apresentados os aspectos relativos à origem e formação do município, ao forte domínio político e às questões relacionadas à sua base econômica e social.

Cabe ainda trazer que, apesar de ser no senso comum, existem algumas especulações a respeito da influência do rio Tubarão, na entrada de pescados nas lagoas. Isso porque após a grave enchente de 1974, a calha do rio foi alterada, a fim de melhorar o escoamento da água, que por sua vez desemboca no mar com maior pressão, dificultando a passagem dos pescados. A princípio parecem ser relevantes as colocações, porém, merecem ser estudadas cientificamente.

Para finalizar, é importante ressaltar a forte discussão acerca da construção de uma penitenciária no município. Seria esta uma

possibilidade de aquecer a economia local? Do ponto de vista político os debates são intensos, mas, merece também uma investigação mais apurada com foco nas questões econômicas e sociais, imprescindíveis dentro de um contexto socioeconômico.

Outros fatos que precisam ser estudados fortemente dizem respeito à obstrução do canal de laranjeiras, ao nível poluição das águas por agrotóxicos e por outras formas, apontadas como influenciadoras da decadência da pesca no município.

Outras questões ainda podem ser fontes de pesquisa, tais como: o turismo religioso e ecológico realmente pode ser uma nova base econômica do município? A questão da localização do município é fator inibidor para seu crescimento e desenvolvimento? A construção da BR 101 Sul, distanciou o município do eixo do crescimento e do desenvolvimento?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRANTES, Joselito Santos, **(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

AMARAL, Juaci do. **Transformação na Paisagem no Município de Imaruí**. 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

AMUREL- **Associação de Municípios da Região de Laguna**. Disponível em: <<http://www.amurel.org.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2015

ANDRADE, Leo Rosa de. **A Estrutura coronelista de dominação: Análise de um caso**. 1984. 133 f. Dissertação (Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

ÁVILA, L. V. et al. **A Experiência de um Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede – no Estado do Rio Grande do Sul**. HOLOS, v.2, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

BARAN, Paul A. **A Econômica Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais. **Economia Belo Horizonte**, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.

BOISIER, S. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.

BRASIL. Câmara dos deputados. Legislação Informatizada - **Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833. **Decreto nº 29, de 23 de agosto de 1833**. Erige em Freguesia a Capella de São João de Imaruhy, na Província de Santa Catarina. Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/Legimp-17_5.pdf#page=1>. Acesso em: 11 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura e da Pesca. **Pesca Artesanal**. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TABNET**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02.gov.br/pesca/artesanal>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Tabela de medidas agrárias não decimais**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/tabela_medida_agraria_ao_decimal.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. **Bases estatísticas RAIS/CAGED**. Disponível em <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas e Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://Bresserpereira.org.br/paper/2008/08.18.ConceitoHistoricoDesenvolvimento.31.5.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2014.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” **Revista Geosp.** n. 13, 2003. Disponível em: <<http://www.geografia.flch.usp.br/publicacoesgeosp/geosp13>>. Acesso: 14 jan. 2016.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local:** estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência Italiana. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA, Auricélio. **Imaruí do Senhor dos Passos:** tópicos para a construção da história de Imaruí de Passos. Imaruí (SC): [s. n.], 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul EDUNISC, 2010.

DALL'ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte.** Orleans: Ed. do Autor, 1973.

DENARDI, R. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná.** Paraná: Emater, 2000.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, v. 32, Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ESTEVES, Jussara Carvalho Batista. **Desenvolvimento rural e subdesenvolvimento econômico no baixo São Francisco Sergipano.** 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

FAO – Food and Agriculture organization. **Estadística**. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/download/Q/QV/S>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos”. In: ALMEIDA, M. H. T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1984.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo, povoamento, demografia e cultura**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1998.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade no Brasil leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Nacional. 1973.

FRANCO, Augusto de. **Ação Local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Agora, 1995.

_____. **Por que precisamos desenvolvimento local, integrado e sustentável?** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 483-486, out./dez. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

_____. Integrando o território catarinense: abrindo caminhos entre o litoral e o planalto. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., 2014, Bogotá. **Anais...**, Bogotá, 2014.

IBGE Cidades, 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

IBGE Sinopse, 2010. Disponível em:
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ICMBIO. CEPSUL. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/artesanal/armadilha/aviaozinho.pdf. Acesso em: 22 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–
IBGE. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/conceito.s.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–
IBGE. **Censo 2010**. Disponível em:
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **O que é o IDEB**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 23 maio 2016.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**: comparação internacional: comparação internacional : uma realidade uniforme. Campinas: UNICAMP, 1993.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Nacional, 1978.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **Empresas, desenvolvimento e ambiente:** diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2007.

NAVARRO, Z. S. de. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.41-48, maio/ago. 2002.

PLOEG, J. D. V. D. Trajetórias do Desenvolvimento Rural: Pesquisa Comparativa Internacional Sociologias. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 114-140, maio/ago. 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, J. URBANIDADES NO RURAL: o devir de novas territorialidades: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton (1995) “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea” In: GOMES, M.A. de F. (Org.). **Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade**, Editora da UFBA, Salvador, BA

SCHERER, Catarina de Miranda. **Caracterização do ambiente institucional e sua mudança no Brasil entre 1889 e 1945**. 2007, 207 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHNEIDER, S e TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, jan./dez. 2004.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531. jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sc_>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Santa Catarina em Números**. Florianópolis, SC: SEBRAE, 2010.

_____. **Imaruí na Visão dos Empreendedores**: Pesquisa de opinião. Florianópolis, SC: SEBRAE, 2015.

SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**, 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

SILVEIRA, Albi Israel da. **Imaruí: Mosaico Histórico**. Tubarão: Humaitá, 2013.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

UNESC. Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas. Mapa de localização: Imaruí, 2015.

VEIGA, José Eli da . **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre. UFRGS, 2000.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001.

_____. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula?**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Desenvolvimento Rural: o Brasil precisa de um projeto**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Economia e desenvolvimento para os novos tempos**. Revista Remus, v. 28, n. 212, p. 4-8, nov./dez., 2003. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos.htm>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. Nem Tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 26-29, abr. 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016&lng=en>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. **A história não os absorverá nem a geografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

WANDERLEY, Maria de N. B. **XX Encontro Anual da Anpocs. Gt 17. Processos Sociais Agrários**. Caxambu: MG, 1996.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Unna Nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista Raíces**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 82-98, jan./dez. 2004.

_____. **Mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ZAI, C. **Municípios Rurais E Desenvolvimento Territorial: reflexões a partir do Município de Mato Rico – Pr. 2009**, 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.